

Befly Travel Participações S.A.

CNPJ/MF nº 00.168.403/0001-44 - NIRE 35.3.0050690-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada às 11:00 horas do dia 11 de abril de 2024, na sede social da **Befly Travel Participações S.A.**, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Parte BeFly Travel, Edifício Paulista Star, bairro Jardim Paulista, CEP 01.404-200 (“**Companhia**”). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades para convocação da Assembleia diante do comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, §4º, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei nº 6.404**”), conforme assinatura aposta no Livro de Presenças de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. **Renata Esteves dos Santos** e secretariados pela Sra. **Beatriz Cirilo Robles**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o aumento do capital social da Companhia; (ii) a aprovação da redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (iii) aprovação do laudo de avaliação constante no Anexo II; e (iv) consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, o acionista decidiu, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue, havendo-se autorizado a lavratura da presente ata na forma do sumário, como faculta o artigo 130, §1º da Lei nº 6.404: **5.1.** Aprovar o grupamento das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na proporção de 1.000 (um mil) ações, nominativas e sem valor nominal convertidas para 1 (uma) ação, sem alteração do valor do capital social. Face ao referido grupamento, o capital social da Companhia, atualmente de R\$ 250.114.982,27 (duzentos e cinquenta milhões, cento e catorze mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e sete centavos) passa a ser de R\$ 20.334.394.202 (vinte bilhões, trezentas e trinta e quatro milhões, trezentas e noventa e quatro mil, duzentas e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 20.334.394 (vinte milhões, trezentas e trinta e quatro mil, trezentas e noventa e quatro mil, duzentas e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.2.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 5.083.598 (cinco milhões, oitenta e três mil, quinhentas e noventa e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$ 198,44 (cento e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos), fixado com base no disposto no art. 170, I, da Lei nº 6.404 na perspectiva da rentabilidade da Companhia, totalizando o montante de R\$ 1.008.790.280,32 (um bilhão, oito milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos) a serem integralizados nesta data nos termos do item 5.2.3 a seguir, sendo que R\$ 408.790.280,32 (quatrocentos e oito milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos) serão destinados ao capital social da Companhia e R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) serão destinados à conta de Reserva de Capital da Companhia. **5.2.1.** Face à presente deliberação, o capital social da Companhia, atualmente de R\$ 250.114.982,27 (duzentos e cinquenta milhões, cento e catorze mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e sete centavos), representado por 20.334.394 (vinte milhões, trezentas e trinta e quatro mil, trezentas e noventa e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passará a ser de R\$ 658.905.262,59 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) representado por 25.417.992 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.2.2.** Face à deliberação estabelecida no item 5.2 acima, o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação, mantendo-se inalterados os parágrafos de referido Artigo: “**Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 658.905.262,59 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) representado por 25.417.992 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 5.2.3.** As ações a serem subscritas nos termos do item 5.2 acima, serão integralizadas na data de sua subscrição mediante a conferência de 1.008.790.380 (um bilhão, oito milhões, setecentas e noventa mil, trezentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da **TTS.A.** (nova denominação social de NK 290 Empreendimentos e Participações S.A.), sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1.293, 4º andar, conj. 42, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.419-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.164.886/0001-75 (“**TTS.A.**”), avaliadas em R\$ 1.008.790.280,32 (um bilhão, oito milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos), nos termos do laudo de avaliação descrito no item 5.3 a seguir. **5.2.4.** A totalidade das ações a serem emitidas nos termos do item 5.2 acima serão subscritas pelo **TT Fundo De Investimento em Participações**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº **2.277, 17º andar, conjunto 1.702, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **51.168.373/0001-07**, sendo que o acionista B10 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia nesta data, renuncia expressamente ao direito de preferência que lhe cabe em relação ao aumento de capital acima previsto. **5.3.** Aprovar, sem ressalvas, o laudo de avaliação das ações da **TTS.A.**, elaborado por **Incentive Contábil Ltda.**, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dona Matilde, nº 584, sala 04, Vila Matilde, CEP 03.512-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.974.035/0001-08, que integra essa Ata nos termos do Anexo II. **5.4.** Consolidar o Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo III ao presente instrumento. **6. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Presentes:** **Mesa:** **Renata Esteves dos Santos**, Presidente; e **Beatriz Cirilo Robles**, Secretária. **Acionista:** **B10 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia;** **Acionista Ingressante:** **TT Fundo de Investimento em Participações.** A presente Ata confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 11 de abril de 2024. **Mesa:** **Renata Esteves dos Santos**, Presidente; **Beatriz Cirilo Robles**, Secretária. JUCESP nº 203.363/24-3 em 16/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ANEXO I. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Befly Travel Participações S.A. realizada em 11 de abril de 2024. Boletim de Subscrição de Ações.

Denominação Social da Companhia:	Befly Travel Participações S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, 1.070, Bairro Jardim Paulista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01404200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.168.403/0001-44, com seus atos constitutivos devidamente registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.3.0050690-1 (“ Companhia ”).
Subscritor:	TT Fundo de Investimento em Participações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 17º andar, conjunto 1.702, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.168.373/0001-07.
Quantidade de Ações Subscritas:	5.083.598 (cinco milhões, oitenta e três mil, quinhentas e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
Valor do Aporte correspondente à subscrição:	R\$ 1.008.790.280,32 (um bilhão, oito milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos), sendo que R\$ 408.790.280,32 (quatrocentos e oito milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos) serão destinados ao capital social da Companhia e R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) serão destinados à conta de Reserva de Capital da Companhia.
Forma e Prazo de Integralização:	As ações serão integralizadas na data de sua subscrição por meio da conferência de 1.008.790.380 (um bilhão, oito milhões, setecentas e noventa mil, trezentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da TTS.A. (nova denominação social de NK 290 Empreendimentos e Participações S.A.), sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1.293, 4º andar, conj. 42, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01419 904., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.164.886/0001-75, avaliadas em R\$ 1.008.790.280,32 (um bilhão, oito milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos), conforme indicado no laudo de avaliação aprovado na Assembleia Geral Extraordinária que deliberou a emissão das ações.

Mesa: **Renata Esteves dos Santos**, Presidente; **Beatriz Cirilo Robles**, Secretária. **Subscritor:** **TT Fundo de Investimento em Participações**, neste ato representado por sua gestora, **Reag Administradora de Recursos Ltda.**

ANEXO II. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Befly Travel Participações S.A. realizada em 11 de abril de 2024. Laudo de Avaliação de Conferência de Bens da TTS.A. Viagens e Turismo S.A. [Anexo em branco documento encontra-se na próxima página.]

ANEXO III. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Befly Travel Participações S.A. realizada em 11 de abril de 2024. Estatuto Social da Befly Travel Participações S.A., CNPJ/MF nº 00.168.403/0001-44, NIRE 35.3.0050690-1. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Artigo 1º. Befly Travel Participações S/A é uma sociedade por ações regida pelo presente estatuto social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis (“**Companhia**”). Artigo 2º. A

Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Parte BeFly Travel, Edifício Paulista Star, Jardim Paulista, CEP 01404-200. **Parágrafo Único.** Por deliberação da assembleia geral de acionistas poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer local do território nacional. **Artigo 3º.** A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto social (i) a atividade de intermediação própria de agência de turismo, que compreende a oferta, reserva e venda a consumidores de serviços de terceiros, tais como passagens; acomodações e outros meios de hospedagem; programas educacionais e de aprimoramento profissional; serviços de recepção, transferência e assistência; excursões, viagens e passeios turísticos, marítimos, fluviais e lacustres, bem como (ii) a participação, seja como acionista, sócio ou quotista, em outras sociedades e a (iii) prestação de serviços de organização de eventos, feiras, congressos, exposições e festas. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 658.905.262,59 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) representado por 25.417.992 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentas e noventa e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro.** Cada ação ordinária dará direito a 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia. **Parágrafo Segundo.** O dividendo mínimo obrigatório da Companhia para cada ação ordinária será de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os lucros anuais, a partir da presente data, nos termos do Capítulo VI deste Estatuto Social. **Parágrafo Terceiro.** Qualquer alienação de ações e/ou direitos a elas inerentes que viole o disposto neste Estatuto Social e/ou nos Acordos de Acionistas da Companhia será nula e ineficaz perante os acionistas, a Companhia e terceiros. **Parágrafo Quarto.** A Companhia não poderá emitir ou manter em circulação partes beneficiárias. **Artigo 6º.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo Único.** A propriedade das ações presume-se pela inscrição do nome do acionista no “Livro de Registro de Ações”. **Artigo 7º.** A Companhia deverá realizar, dentro do prazo de 30 (trinta) dias do pedido de qualquer dos acionistas, os atos de registro, averbação ou transferência de ações, bem como emissão de certificados, podendo cobrar preço não excedente ao respectivo custo. **Artigo 8º.** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela assembleia geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e com base nos princípios contábeis geralmente aceitos. **Parágrafo Único.** Se a deliberação da Assembleia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial em data que atenda àquele prazo. Nesse caso, a Companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor de reembolso, calculado com base no último balanço e, levantado o balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da deliberação da assembleia geral. **Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 9º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, nos termos do art. 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem e nos demais casos previstos em lei e neste Estatuto Social, observadas, em sua convocação, instalação e deliberações, as disposições constantes da Lei das Sociedades por Ações, deste Estatuto Social e eventual Acordo de Acionistas. **Artigo 10.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. A Assembleia Geral terá as seguintes atribuições, observado o quanto disposto em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede social: (i) reformar o Estatuto Social; (ii) deliberar sobre a eleição, destituição ou substituição dos Diretores da Companhia e fixar-lhe as atribuições; (iii) definir a remuneração global anual dos Diretores, incluindo benefícios; (iv) tomar, anualmente as contas dos Diretores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (v) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) e cisão da Companhia, ou qualquer outra forma de reestruturação da Companhia; (vi) deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia e eleger e destituir liquidante(s); (vii) examinar e aprovar as contas do(s) liquidante(s); (viii) deliberar sobre a formulação de pedido de falência ou de recuperação judicial da Companhia, nos termos da legislação aplicável; (ix) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (x) Autorizar a alienação de bens integrantes do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; (xi) Autorizar a gravação, oneração ou alienação a qualquer título, dos bens da Companhia em operações cujo valor seja superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) em uma única parcela ou ao longo do período de 12 (doze) meses, ressalvadas as situações em que os créditos adquiridos pela Companhia devam ser dados em garantia dos empréstimos que ela vier a captar; e (xii) Autorizar a celebração e assinatura de contratos de qualquer natureza que impliquem em assunção de obrigações ou pagamentos pela Companhia, cujo valor envolvido represente quantia superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). **Parágrafo Único.** Exceto por quóruns majorados previstos na legislação específica aplicável à Companhia e/ou ainda quóruns majorados previstos neste Estatuto Social e/ou em eventual Acordo de Acionistas da Companhia, o qual sempre deverá prevalecer para fins de tomada de decisões, todas as deliberações da Companhia, incluindo, mas não se limitando, às matérias acima indicadas, deverão ser aprovadas por votos representativos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital votante da Companhia. **Artigo 11.** As deliberações da Assembleia Geral observarão as hipóteses previstas em lei ou neste Estatuto Social, como também o quanto previsto em eventual Acordo de Acionistas, desde que devidamente arquivado na sede social da Companhia. **Artigo 12.** Sem prejuízo do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a convocação da Assembleia de Geral será realizada por qualquer 01 (um) dos Diretores da Companhia e deverá ser entregue a cada Acionista até 10 (dez) dias antes da data agendada para sua realização, por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de correspondência com aviso/protocolo de recebimento. **Parágrafo Primeiro.** A convocação deverá conter o local, a data e a hora, bem como a pauta dos assuntos a serem tratados e qualquer documentação adicional necessária ao conhecimento e análise das deliberações objeto da Assembleia de Acionistas. **Parágrafo Segundo.** As Assembleias de Acionistas serão realizadas no lugar da sede da Companhia, e serão instaladas, em primeira convocação, por Acionistas representando pelo menos a maioria do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número de Acionistas. **Parágrafo Terceiro.** Nos termos da regulamentação aplicável, as Assembleias Gerais, bem como quaisquer outras reuniões previstas neste Estatuto Social e/ou na legislação vigente aplicável ao tipo societário da Companhia, poderão ser realizadas por meio eletrônico, de forma exclusivamente digital ou semipresencial, por meio da utilização de plataformas de videoconferência para a participação e votação a distância, sem limitação. **Parágrafo Quarto.** A manifestação dos participantes das Assembleias Gerais ou reuniões realizadas na forma do Parágrafo Terceiro, acima, poderá ocorrer por qualquer meio eletrônico indicado por qualquer dos Diretores da Companhia, desde que assegure a identificação do participante e a segurança do seu voto, e produzirá todos os efeitos legais de uma assinatura presencial. **Parágrafo Quinto.** Os anúncios ou convites de convocação, quando publicados, deverão conter o objeto da reunião, ainda que sumariamente, e designar o dia, a hora e o local e/ou endereço eletrônico para a realização da Assembleia Geral. **Artigo 13.** Independentemente das formalidades previstas no Parágrafo Primeiro acima e na legislação aplicável, ficará dispensada a convocação ali estabelecida e será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Primeiro.** Os Acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral da Companhia por procuradores devidamente constituídos nos termos da Lei. **Artigo 14.** A Companhia, seus Acionistas, seus Diretores e demais membros que venham a integrar a administração da Companhia, assumem o dever de observar as práticas de governança previstas no artigo 8º, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 578, de 30 de agosto de 2016, conforme lhe forem aplicáveis em decorrência das disposições regulatórias que obrigatoriamente devam ser cumpridas por determinado fundo de investimento em participações que integre o quadro societário da Companhia na condição de acionista, incluindo, mas não se limitando: (i) a disponibilização para os acionistas de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia; e (ii) no caso de abertura de capital da Companhia com registro na categoria A, a adesão de segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, as práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no mencionado artigo 8º. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 15.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 01 (um) e no máximo 03 (três) membros (individualmente denominado “**Diretor**” e, em conjunto, “**Diretores**”), com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo 03 (três) Diretores sem Designação Específica, eleitos pelos acionistas, na forma prevista neste Estatuto Social e eventual Acordo de Acionistas. **Parágrafo Primeiro.** Os Diretores tomarão posse mediante a assinatura dos termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria em até 30 (trinta) dias contados da eleição. **Parágrafo Segundo.** Considera-se renunciante o membro da Diretoria que não tomar posse dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da eleição, por qualquer que seja o motivo. **Parágrafo Terceiro.** No caso de vacância de qualquer Diretor, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia de Acionistas, a ser convocada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da vacância. **Parágrafo Quarto.** Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores. **Artigo 16.** A Diretoria será eleita pela por votos representativos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital votante da Companhia. **Artigo 17.** A Companhia será representada, em

juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, na assunção de obrigações, e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura de (i) 02 (dois) Diretores sem Designação Específica em conjunto; (ii) por 01 (um) Diretor sem Designação Específica em conjunto com 1 (um) procurador da Companhia; ou (iii) por 2 (dois) procuradores da Companhia em conjunto. **Parágrafo Primeiro.** As procurações serão outorgadas pela Companhia mediante assinatura de 02 (dois) Diretores Sem Designação Específica, não podendo ter prazo de vigência superior a 01 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas com os poderes da cláusula ad judicium, que poderão vigorar por prazo indeterminado. **Parágrafo Segundo.** Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores concederem fianças ou avais em nome da Companhia, bem como contrair obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um deles pessoalmente pela infringência desta cláusula, salvo quando aprovado em assembleia geral dos acionistas. **Artigo 18.** Compete aos Diretores sem Designação Específica: (i) desenvolver e implementar as estratégias comerciais da Companhia; (ii) coordenar e executar o processo de comercialização de serviços da Companhia; (iii) coordenar a tempo e modo de implantação, manutenção e suporte a todos os projetos da Companhia; (iv) representar a Companhia perante os órgãos fazendários nos níveis federal, estadual e municipal, assim como perante a Junta Comercial competente, observado o disposto no Artigo 17º deste Estatuto Social; (v) contratar e dispensar funcionários; (vi) exercer outras atribuições específicas que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral. (vii) desenvolver projetos, análises e pesquisas relacionados aos riscos do negócio da Companhia; (viii) acompanhar e gerenciar os resultados contábeis e financeiros da Companhia; (ix) preparar as demonstrações financeiras da Companhia; (x) requerer e utilizar certificado digital; (xi) gerenciar e desenvolver os materiais e campanhas de marketing da Companhia e seus serviços; (xii) definir as políticas e diretrizes de desenvolvimento tecnológico, padronização e normalização técnica; (xiii) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia; (xiv) promover, executar e supervisionar a política qualidade, pesquisa, desenvolvimento e inovação; e (xv) informar aos demais membros da Diretoria do andamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento da Companhia. **Artigo 19.** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem e suas reuniões serão presididas por qualquer dos Diretores e somente será instalada com a presença da totalidade de seus membros e as atas das reuniões de Diretoria serão lavradas no respectivo Livro de Atas de Reunião da Diretoria, assinadas pelos presentes. **Artigo 20.** A remuneração dos membros da Diretoria, incluindo benefícios de qualquer natureza, será definida, anualmente, pela Assembleia Geral, considerando suas responsabilidades, tempo despendido em suas funções, sua competência profissional, sua reputação e seu valor de mercado. **Artigo 21.** Além das matérias dispostas no Artigo 10 acima, a prática dos seguintes atos pelos Diretores em nome da Companhia também exigirá a prévia e expressa aprovação de acionistas representando, no mínimo 2/3 do capital votante da Companhia: (i) o empréstimo de dinheiro para ou pela Companhia, ou qualquer tipo de endividamento da Companhia; (ii) criação de ônus, gravames ou encargos de qualquer natureza sobre os ativos da Companhia; (iii) requerimento de autofalência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, bem como a cessão de direitos ou bens em favor de credores. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 22.** A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto e/ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto. **Artigo 23.** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições previstas em lei. **Parágrafo Primeiro.** A remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada pela assembleia geral que os elege. **Parágrafo Segundo.** O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na assembleia geral ordinária que se seguir à sua instalação. **Capítulo VI. Exercício Social e Distribuição de Lucros. Artigo 24.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável, submetendo-se a auditoria anual por auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários, bem como a deliberação da Assembleia Geral, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Artigo 25.** Dos resultados do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 26.** Os lucros líquidos apurados em cada exercício, serão destinados, em observância à Lei das Sociedades por Ações, em parte, as reservas legais, e o dividendo mínimo obrigatório da Companhia para cada ação ordinária será de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os lucros anuais, a partir da presente data. **Parágrafo Primeiro.** O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à assembleia geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, obedecendo ao disposto no art. 202, § 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 27.** A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 28.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação da assembleia geral, dividendos intermediários e intercalares e, ainda, o crédito de juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares, bem como os juros sobre capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII. Liquidação e Disposições Finais. Artigo 29.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou em virtude de decisão dos acionistas em assembleia geral especialmente convocada para esse fim. **Parágrafo Único.** Compete à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação, bem como eleger o liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Artigo 30.** Os casos omissos neste estatuto social serão resolvidos pela assembleia geral, com base nas disposições legais aplicáveis. **Artigo 31.** A Companhia deverá observar o acordo de acionistas arquivado em sua sede, na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações ou a constituição de ônus sobre ações em violação a tal acordo, e o presidente da assembleia geral deverá abster-se de computar votos contrários aos termos do referido acordo de acionistas, conforme o artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 32.** Este estatuto social será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 33.** Qualquer controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza relacionado direta ou indiretamente a este estatuto social (“**Conflito**”), envolvendo qualquer dos acionistas (“**Partes Envolvidas**”), inclusive, será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP (“**Câmara**”). **Parágrafo Primeiro.** A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento da arbitragem (“**Regulamento**”). **Parágrafo Segundo.** A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por três árbitros. **Parágrafo Terceiro.** Cada Parte Envolvida indicará um árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o tribunal arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas. **Parágrafo Quarto.** Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro; havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro. **Parágrafo Quinto.** Quaisquer omissões, recusas, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos de acordo com o Regulamento. **Parágrafo Sexto.** Os procedimentos previstos no presente Artigo também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. **Parágrafo Sétimo.** A arbitragem será realizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o tribunal arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. **Parágrafo Oitavo.** A arbitragem será realizada em língua portuguesa. **Parágrafo Nono.** A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil. **Parágrafo Décimo.** A arbitragem será concluída no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo tribunal arbitral. **Parágrafo Décimo Primeiro.** A arbitragem será sigilosa. **Parágrafo Décimo Segundo.** O tribunal arbitral alocará entre as Partes Envolvidas, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo tribunal arbitral, (iv) e honorários advocatícios em favor da parte vencedora. **Parágrafo Décimo Terceiro.** As decisões da arbitragem serão finais e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao tribunal arbitral previstos na forma do Regulamento. **Parágrafo Décimo Quarto.** Antes da instalação do tribunal arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do tribunal arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao tribunal arbitral. **Parágrafo Décimo Quinto.** Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do tribunal arbitral, (ii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96 e (iii) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidos à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam. **Parágrafo Décimo Sexto.** A execução das decisões do tribunal arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, serão requeridas preferencialmente no Foro da Comarca de São Paulo; porém, caso seja útil ou necessário, poderão ser requeridas em qualquer foro, ainda que estrangeiro. * * * *

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira
ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/01/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



ContadorX – Tecnologia da Informação S.A.

CNPJ/ME nº 23.009.618/0001-18 - NIRE 35.300.577.892

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de novembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Em 05 de novembro de 2025, às 09h00, ContadorX - Tecnologia da Informação S.A. (a "Companhia"), localizada na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.350, 2º andar, Água Branca, CEP 05001-100, na Cidade e Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Fica dispensada a convocação, nos termos do Art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), em razão da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Jamil Saud Marques; Secretária: Sra. Sabrina Funchal **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) rerratificação do item 5.2 da AGE de 20/05/2025; (ii) reforma do Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto Social e Duração do Estatuto Social; (iii) reforma do Capítulo II - Capital Social e Ações do Estatuto Social; (iv) reforma do Capítulo III - Administração da Companhia que passará a ser denominado Capítulo III – Assembleia Geral; (v) reforma do Capítulo IV – Assembleia Geral que passará a ser denominado Capítulo IV – Administração da Companhia; (vi) reforma do Capítulo V – Exercício Social e Lucros que passará a ser denominado Capítulo V – Conselho Fiscal; (vii) reforma do Capítulo VI – Dissolução e Liquidação que passará a ser denominado Capítulo VI - Exercício Social e Distribuição de Dividendos; (viii) reforma do Capítulo VII – Legislação Aplicável do Estatuto Social que passará a tratar de liquidação com a denominação de Capítulo VII - Liquidação I; (ix) inclusão de novo Capítulo VIII – Disposições Gerais no Estatuto Social que tratará sobre eventuais divergências envolvendo os acionistas e a Companhia; e (x) consolidação do Estatuto Social da Companhia para atender às deliberações anteriores. **5. Deliberações:** Após discutidas as matérias da Ordem do Dia, os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem qualquer ressalva: **5.1. Rerratificação do Item 5.2 da AGE de 20/05/2025, 5.1.1.** Rerratificar o item 5.2 da Assembleia Geral Extraordinária anteriormente realizada em 20 de maio de 2025, que tratou da destituição da Diretora Juliana Noriko Yamada, devidamente registrada na Junta Comercial sob protocolo nº 2.252.921/25-0 a fim de corrigir e atualizar o quadro de diretores estatutários da Companhia. **5.1.2.** Em razão da referida rerratificação, o quadro de diretores passa a ser o seguinte: **Nome:** Pedro Henrique de Souza Conrade, **Cargo:** Diretor Executivo **I. Nome:** Fernando Carvalho Botelho de Miranda, **Cargo:** Diretor Executivo **I. Nome:** Cristiano Fernandes da Silva, **Cargo:** Diretor Executivo **II. Nome:** Jamil Saud Marques, **Cargo:** Diretor Executivo **II. Nome:** Rodrigo Clemente Barreto Salem, **Cargo:** Diretor Executivo **II.** **5.2. Reforma do Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração, 5.2.1.** Reformar o "Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração" do Estatuto Social, mais especificamente os Artigos 1º, 2º e 3º, a fim de aperfeiçoar suas redações e incluir o parágrafo 4º. **5.2.2.** Diante das atualizações supramencionadas o "Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração" do Estatuto Social passará a vigorar como seguinte redação: **"Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Artigo 1 – A ContadorX Tecnologia da Informação S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A").** **Artigo 2 - A Companhia tem sede e foro na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.350, 2º andar, Água Branca, CEP 05001-100, na Cidade e Estado de São Paulo, podendo, por decisão da Diretoria, abrir, manter e encerrar filiais, sucursais, escritórios ou depósitos no Brasil e no exterior.** **Artigo 3 - A Companhia tem por objeto social: (a) suporte técnico de uso de software; (b) tratamento de dados; (c) portais e provedores de conteúdo e serviços na internet; (d) consultoria em governança empresarial; (e) serviços administrativos; (f) repositório eletrônico de documentos digitais; (g) locação de software; e (h) marketing direto.** **Artigo 4 - A Companhia terá duração por tempo indeterminado** **"5.3. Reforma do Capítulo II – Capital Social e Ações, 5.3.1.** Reformar o "Capítulo II – Capital Social e Ações", mais precisamente: (i) o artigo 4º renumerando para Artigo 5º, aperfeiçoar sua redação e excluir os parágrafos 4º a 9º; (ii) o artigo 5º renumerando para Artigo 6º e aperfeiçoar sua redação; e (iii) o artigo 6º renumerando para Artigo 7º e aperfeiçoar sua redação. **5.3.2.** Diante das alterações supramencionadas o "Capítulo II - Capital Social e Ações" do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Capítulo II - Capital Social e Ações. Artigo 5 - O capital social é de R\$ 5.005.275,42 (cinco milhões, cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 50.000.000 (cinquenta milhões) ações ordinárias, 927.542 (novecentas e vinte e sete mil, quinhentas e quarenta e duas) ações preferenciais classe A, 17.936.818 (dezesete milhões, novecentas e trinta e seis mil, oitocentas e dezoito) ações preferenciais classe B e 5.762.091 (cinco milhões, setecentas e sessenta e duas mil e noventa e uma) ações preferenciais classe C, todas nominativas e sem valor nominal.** **Parágrafo Primeiro - As ações são indivisíveis perante a Companhia, que não reconhecerá mais que um proprietário para cada unidade.** **Parágrafo Segundo - Cada ação confere ao seu titular direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.** **Parágrafo Terceiro - A propriedade das ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de Registro de Ações Nominativas.** **Artigo 6 - Na ocasião de aumento do capital social da Companhia, os acionistas terão direito de preferência para subscreverem as novas ações, na proporção das suas respectivas participações no capital social, observadas as disposições da Lei das S.A.** **Artigo 7 – As ações da Companhia não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas, penhoradas, gravadas ou dadas em usufruto, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto mediante autorização da unanimidade dos acionistas. Além disso, é vedada a utilização das ações da Companhia para garantia de obrigações pessoais dos acionistas, bem como a emissão de partes beneficiárias pela Companhia..** **"5.4. Reforma do Capítulo III – Da Administração, 5.4.1.** Reformar o "Capítulo III – Da Administração" de forma a: (i) alterar a denominação do Capítulo para "Capítulo III – Assembleia Geral"; (ii) excluir as seções I, II; e (iii) reformar os artigos como um todo. **5.4.2.** Face a deliberação supra, o "Capítulo III – Assembleia Geral" do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Capítulo III - Assembleia Geral. Artigo 8 - A Assembleia Geral, no cumprimento de suas atribuições e deveres estabelecidos na legislação aplicável e neste Estatuto Social, reunir-se-á ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.** **Parágrafo Primeiro - As Assembleias Gerais poderão ser convocadas a qualquer momento por qualquer membro da Diretoria ou por qualquer acionista, mediante solicitação por escrito, ou ainda de qualquer outra forma prevista na Lei das S.A.** **Parágrafo Segundo - A primeira convocação deverá ser feita com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência, por meio de comunicado escrito enviado a todos os acionistas, o qual deverá conter a descrição da ordem do dia e documentos de suporte. Caso a Assembleia Geral não seja realizada em primeira convocação, um comunicado escrito, contendo as informações da segunda convocação deverá ser enviado a todos os acionistas com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência.** **Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral será instaurada independentemente de convocação, mediante a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante.** **Artigo 9 - Ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, por acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social votante da Companhia e em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. A Assembleia será presidida por qualquer Diretor Executivo, ou por qualquer acionista presente, que procederá à eleição da mesa, composta do presidente e um secretário, também escolhido dentre os presentes, acionistas ou não.** **Parágrafo Primeiro - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, o quórum necessário para as deliberações tomadas.** **Parágrafo Segundo - A ata poderá ser lavrada na forma de sumário dos fatos, incluindo dissidências e protestos.** **Artigo 10 - Exceto nos casos especiais estipulados em lei as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo de acionistas detentores de, no mínimo, a maioria das ações ordinárias.** **Artigo 11 – É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto para deliberar sobre as matérias constantes do Artigo 136 da Lei das S.A.** **Parágrafo Único - Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral da Companhia, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, nos termos da Lei das S.A. O referido instrumento de mandato deverá ser arquivado na sede da Companhia.** **Artigo 12 - O exercício do direito de voto em qualquer Assembleia de Acionistas em violação ao disposto neste artigo deverá ser nulo e inválido com relação à Companhia, os acionistas e quaisquer terceiros.** **"5.5. Reforma do Capítulo IV – Assembleia Geral, 5.5.1.** Reformar o "Capítulo IV - Assembleia Geral" principalmente para: (i) alterar sua denominação para "Capítulo IV – Administração da Companhia"; (ii) reformular de maneira geral as deliberações contidas nele, tratando agora sobre a composição da administração da Companhia; e (iii) alterar o número mínimo e máximo de diretores. **5.5.2.** Face ao supramencionado, o "Capítulo IV - Administração da Companhia" do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Capítulo IV - Administração da Companhia. Artigo 13 - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) até, no máximo, 20 (vinte) membros, sendo até 3 (três) Diretores Executivos I e até 17 (dezesete) Diretores Executivos II, pessoas físicas, acionistas ou não, e residentes no país.** **Artigo 14 - Os Diretores tomarão posse mediante assinatura de termo próprio, no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, e permanecerão em seus cargos por um mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a investidura dos novos eleitos, permitida a reeleição.** **Artigo 15 – No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia Geral.** **Artigo 16 - As Reuniões da Diretoria serão realizadas sempre que exigido pelo interesse social.** **Artigo 17 – A Diretoria terá amplos poderes para administrar a companhia e para realizar todos os atos e operações relacionadas ao objeto social, observando as disposições deste Estatuto Social.** **Artigo 18 – A representação da Companhia poderá ser feita por (i) 02 (dois) diretores em conjunto; ou por (ii) 01 (um) diretor em conjunto com 01 (um) procurador** **Parágrafo Primeiro –** Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por apenas um um diretor ou procurador nas seguintes situações: (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem a assunção ou renúncia de obrigações; (ii) nos mandatos com cláusula "ad judicium"; (iii) na assinatura de correspondências; (iv) na emissão de certificados digitais pertencentes a cadeia de certificados ICP-Brasil; e (v) atividades de rotina da área Financeira, incluindo a assinatura de proposta para abertura e/ou de encerramento de conta bancária; o cadastramento de usuário master e/ou a atualização cadastral perante instituição bancária; requisição de limite de conta SELIC com instituição bancária; e assinatura para emissão, transferência, e endosso de Cédula de Crédito Bancário (CCB). **Parágrafo Segundo - A Companhia, mediante a assinatura de 2 (dois) Diretores Executivos, poderá constituir procuradores, especificando, nos respectivos instrumentos, todos os poderes que serão atribuídos aos mesmos, cujo prazo de duração não poderá ser superior a 1 (um) ano, excluídas do limite de duração apenas as procurações "ad judicium".** **Parágrafo Terceiro – A celebração de contratos e a assunção de obrigações por meio de qualquer ato ou documento que implique responsabilidade para a Companhia não poderá exceder o prazo de 12 (doze) meses consecutivos, devendo ainda observar os limites de alçada e forma de representação previstos a seguir: Valor do Contrato: Até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); Forma de Representação: Assinatura de 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto ou 1 (um) Diretor Executivo e 1 (um) Procurador com poderes especiais. Valor do Contrato: Acima de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); Forma de Representação: Assinatura de 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto, sendo obrigatoriamente 1 (um) Diretor Executivo **I. Parágrafo Quarto – Serão nulos e não gerarão responsabilidades para a Companhia os atos praticados em desconformidade às regras dos parágrafos precedentes.** **Artigo 19 – A remuneração dos membros da Diretoria, incluindo benefícios de qualquer natureza, será definida, anualmente, pela Assembleia Geral, considerando suas responsabilidades, tempo despendido em suas funções, a competência profissional, sua reputação e seu valor de mercado."** **5.6. Reforma do Capítulo V – Exercício Social e Lucros, 5.6.1.** Reformar o "Capítulo V – Exercício Social e Lucros" como um todo a fim de: (i) alterar sua denominação para "Capítulo V - Conselho Fiscal"; e (ii) renumerar seus artigos e aperfeiçoar as redações contidas. **5.6.2.** Diante a alteração supramencionada, o "Capítulo V – Conselho Fiscal" do Estatuto Social, passará a vigorar com a seguinte redação: **"Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 20 - A Companhia possuirá um Conselho Fiscal não permanente que, quando instalado, será constituído por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.** **Parágrafo Primeiro - A instalação do Conselho Fiscal deverá ser deliberada pela Assembleia Geral.** **Parágrafo Segundo - Os membros efetivos do Conselho Fiscal serão investidos nas suas funções mediante a assinatura de um Termo de Posse, registrado no respectivo livro de registro de atas de reunião do Conselho Fiscal.** **Parágrafo Terceiro - As funções, competências, deveres, responsabilidades dos membros do Conselho Fiscal deverão obedecer às disposições legais.** **Parágrafo Quarto - Quando no exercício de suas funções, os membros efetivos do Conselho Fiscal terão direito a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral, observados os limites legais."** **5.7. Reforma do Capítulo VI – Dissolução e Liquidação, 5.7.1.** Reformar o "Capítulo VI – Dissolução e Liquidação", a fim de: (i) alterar sua denominação para "Capítulo VI - Exercício Social e Distribuição de Dividendos"; e (ii) renumerar seus artigos e aperfeiçoar suas redações. **5.7.2.** Diante a alteração supramencionada, o "Capítulo VI - Exercício Social e Distribuição de Dividendos" do Estatuto Social, passará a vigorar com a seguinte redação: **"Capítulo VI – Exercício Social e Distribuição de Dividendos. Artigo 21 - O exercício social coincidirá com o ano civil iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano.** **Parágrafo Primeiro - Ao término de cada exercício social serão elaboradas as Demonstrações Financeiras previstas em lei. Os lucros líquidos verificados terão a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (b) Pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, estipulado de acordo com o Artigo 202 da Lei das S.A., para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e (c) O saldo deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais, conforme definido abaixo, a esse respeito.** **Parágrafo Segundo - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em qualquer outra periodicidade não inferior a um mês calendário, para apuração dos lucros dos respectivos períodos, que poderão ser distribuídos ou retidos, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral.** **Parágrafo Terceiro - A Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio, nos termos da legislação vigente."** **5.8. Reforma do Capítulo VII – Legislação Aplicável, 5.8.1.** Reformar o "Capítulo VII – Legislação Aplicável" como um todo a fim de: (i) alterar sua denominação para "Capítulo VII - Liquidação"; e (ii) ajustar, alterar e renumerar os artigos constantes neste capítulo. **5.8.2.** Face ao supramencionado, o "Capítulo VII – Liquidação" do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Capítulo VII – Liquidação. Artigo 22 - A Companhia está sujeita ao regime de administração especial temporária, à intervenção e à liquidação extrajudicial, nas condições e formas previstas na legislação aplicável.** **Parágrafo Único - Na hipótese de liquidação da da Companhia, deverão ser adotados e observados os procedimentos legais. A Assembleia Geral deverá nomear um liquidante para administrar a companhia durante o período de liquidação."** **5.9. Inclusão do Capítulo VIII – Disposições Gerais, 5.9.1.** Incluir o "Capítulo VIII – Disposições Gerais" do Estatuto Social a fim de deliberar sobre as arbitragens, elegendo o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir eventuais divergências envolvendo os acionistas e a Companhia, decorrentes do presente Estatuto Social. **5.9.2.** Face a deliberação supra, o Capítulo VIII do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Capítulo VIII – Disposições Gerais. Artigo 23 – Este Estatuto Social será regido e interpretado pelas leis do Brasil.** **Artigo 24 – As divergências envolvendo os acionistas e a Companhia, decorrentes do presente Estatuto Social, deverão ser solucionadas por arbitragem, a ser conduzida de forma confidencial, em São Paulo/SP, nos termos do Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá ("Câmara de Arbitragem"). A arbitragem será conduzida em português, por um tribunal arbitral composto por três árbitros com experiência em operações de fusões e aquisições.** **Parágrafo Primeiro – Sem prejuízo da cláusula compromissória I, fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, exclusivamente para: (i) execução de obrigações que comportem, desde logo, execução judicial; (ii) obtenção de medidas coercitivas ou procedimentos acatulatorios como garantia à eficácia do procedimento arbitral; e (iii) obtenção de medidas de caráter mandamental e de execução específica, sendo certo que, atingida a providência mandamental ou de execução específica perseguida, restituir-se-á ao Tribunal Arbitral a ser constituído ou já constituído, conforme o caso, a plena e exclusiva competência para decidir acerca de toda e qualquer questão, seja de procedimento ou de mérito, que tenha dado ensejo ao pleito mandamental ou de execução específica, suspendendo-se o respectivo procedimento judicial até decisão do Tribunal Arbitral, parcial ou final, a respeito. O ajuizamento de qualquer medida nos termos previstos nesta cláusula não importa em renúncia à cláusula compromissória prevista neste Acordo ou à plena jurisdição do Tribunal Arbitral.** **Parágrafo Segundo – O laudo arbitral será final e vinculante, e poderá ser executado em qualquer jurisdição competente. As partes renunciaram, na máxima extensão legal, a qualquer recurso ou medida judicial contra o laudo, inclusive pedidos de esclarecimento, revisão ou anulação.** **Parágrafo Terceiro – Conflitos relacionados ao presente Estatuto Social e a documentos correlatos poderão ser consolidados em um único procedimento arbitral, desde que: (i) haja identidade relevante de fatos ou fundamentos jurídicos; (ii) a consolidação não cause prejuízo às partes; (iii) não acarrete atraso injustificado. Caso haja múltiplas arbitragens em curso, as partes terão 20 (vinte) dias para escolher a arbitragem a ser mantida ("Arbitragem Seleccionada"); na ausência de consenso, a Câmara de Arbitragem decidirá em igual prazo. Não havendo decisão, prevalecerá a primeira arbitragem realizada. A decisão sobre a consolidação será final e vinculante, e as partes renunciaram qualquer recurso, esclarecimento de interpretação, revisão ou anulação."** **5.10. Consolidação do Estatuto Social da Companhia, 5.10.1.** E, por fim, consolidar o Estatuto Social da Companhia, já contemplando as alterações deliberadas acima, na forma do "Anexo III" à presente ata. **6. Encerramento, lavratura e leitura da ata:** nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente: Sr. Jamil Saud Marques; Secretária: Sabrina Funchal. Acionistas: Neon Payments Limited. (por Pedro Henrique de Souza Conrade) e Neon Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento (por Pedro Henrique de Souza Conrade e Jamil Saud Marques). São Paulo/SP, 05 de novembro de 2025. JUCESP nº 426.871/25-0 em 04/12/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.**

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira
ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/01/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Neon Consiga Mais Cobrança e Serviços S.A.

CNPJ/ME nº 29.229.539/0001-07 - NIRE 35.300.552.482

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de novembro de 2025

1. **Data, Hora e Local:** Em 05 de novembro de 2025, às 09h00, na sede social da Neon Consiga Mais Cobrança e Serviços S.A. (a “Companhia”), localizada na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.350, 2º andar, Água Branca, CEP 05001-100, na Cidade e Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Fica dispensada a convocação, nos termos do Art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”), em razão da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

3. Mesa: Presidente: Sr. Jamil Saud Marques; Secretária: Sra. Sabrina Funchal **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) reforma do Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração do Estatuto Social; (ii) reforma do Capítulo II – Capital Social, Tipo de Ações e Tesouraria do Estatuto Social; (iii) reforma do Capítulo III – Órgãos da Companhia do Estatuto Social que passará a ser denominado Capítulo III – Assembleia Geral; (iv) reforma do Capítulo IV – Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Dividendos do Estatuto Social que passará a ser Capítulo IV – Administração da Companhia; (v) reforma do Capítulo V – Liquidação da Companhia do Estatuto Social que alterará sua denominação para Capítulo V – Conselho Fiscal; (vi) reforma do Capítulo VI – Soluções de Controvérsias do Estatuto Social que passará a ser Capítulo VI – Exercício Social e Distribuição de Dividendos; (vii) reforma do Capítulo VII – Disposições Gerais do Estatuto Social que passará a tratar de liquidação com a denominação de Capítulo VII – Liquidação; (viii) inclusão de novo Capítulo VIII – Disposições Gerais no Estatuto Social que tratará sobre eventuais divergências envolvendo os acionistas e a Companhia; e (ix) consolidação do Estatuto Social da Companhia para atender às deliberações anteriores. **5. Deliberações:** Após discutidas as matérias da Ordem do Dia, as acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem qualquer ressalva: **5.1. Reforma do Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração.** **5.1.1.** Reformar o “Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração” do Estatuto Social mais especificamente os Artigos 1º, 3º e 4º, a fim de aperfeiçoar suas redações. **5.1.2.** Diante das atualizações supramencionadas o “Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração” do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **“Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Artigo 1 – A Neon Consiga Mais Cobrança e Serviços S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”). Artigo 2 – A Companhia tem sede e foro na Avenida Francisco Matarazzo 1.350, 2º andar, Água Branca, CEP 05001-100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por decisão da Diretoria, abrir, manter e extinguir filiais, sucursais, depósitos, escritórios e armazéns em qualquer parte do território nacional e no exterior, observadas as formalidades legais. Artigo 3 – A Companhia tem por objeto social: (i) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; (ii) Correspondentes de instituições financeiras; (iii) Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e saúde; (iv) Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (v) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (vi) Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (vii) Atividades de cobrança extrajudicial e informações cadastrais; (viii) Promoção de vendas; e (ix) Marketing direto. Artigo 4 – A Companhia terá duração por tempo indeterminado”** **5.2. Reforma do Capítulo II – Capital Social, Tipo de Ações e Tesouraria.** **5.2.1.** Reformar o Capítulo II, cujo título passa de “Capital Social, Tipos de Ações e Tesouraria” para “Capital Social e Ações”, mais precisamente: (i) o artigo 5º, a fim de aperfeiçoar sua redação; (ii) o artigo 6º, a fim de excluir os parágrafos 1º, 2º e 3º; e (iii) o artigo 7º a fim de de aperfeiçoar sua redação. **5.2.2.** Diante das alterações supramencionadas o “Capítulo II – Capital Social e Ações” do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **“Capítulo II - Capital Social e Ações. Artigo 5 - O capital social da Companhia é de R\$ 16.405.649,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e cinco mil, seiscentos e quarenta e nove reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 119.677.986 (cento e dezenove milhões, seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 7 (sete) ações preferenciais classe A, também nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro - As ações são indivisíveis perante a Companhia, que não reconhecerá mais que um proprietário para cada unidade. Parágrafo Segundo - Cada ação confere ao seu titular direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Parágrafo Terceiro - A propriedade das ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de Registro de Ações Nominativas. Artigo 6 - Na ocasião de aumento do capital social da Companhia, os acionistas terão direito de preferência para subscreverem as novas ações, na proporção das suas respectivas participações no capital social, observadas as disposições da Lei das S.A. Artigo 7 – As ações da Companhia não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas, penhoradas, gravadas ou dadas em usufruto, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto mediante autorização da unanimidade dos acionistas. Além disso, é vedada a utilização das ações da Companhia para garantia de obrigações pessoais dos acionistas, bem como a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.”** **5.3. Reforma do Capítulo III – Órgãos da Companhia.** **5.3.1.** Reformar o “Capítulo III – Órgãos da Companhia” de forma a: (i) alterar a denominação do Capítulo para “Capítulo III – Assembleia Geral”; (ii) excluir as seções I, II e III; e (II) reformar os artigos como um todo. **5.3.2.** Face a deliberação supra, o “Capítulo III – Assembleia Geral” do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **“Capítulo III - Assembleia Geral. Artigo 8 – A Assembleia Geral, no cumprimento de suas atribuições e deveres estabelecidos na legislação aplicável e neste Estatuto Social, reunir-se-á ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. Parágrafo Primeiro - As Assembleias Gerais poderão ser convocadas a qualquer momento por qualquer membro da Diretoria ou por qualquer acionista, mediante solicitação por escrito, ou ainda de qualquer outra forma prevista na Lei das S.A. Parágrafo Segundo - A primeira convocação deverá ser feita com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência, por meio de comunicado escrito enviado a todos os acionistas, o qual deverá conter a descrição da ordem do dia e documentos de suporte. Caso a Assembleia Geral não seja realizada em primeira convocação, um comunicado escrito, contendo as informações da segunda convocação deverá ser enviado a todos os acionistas com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência. Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral será instaurada independentemente de convocação, mediante a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante. Artigo 9 - Ressalvas das exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, por acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social votante da Companhia e em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. A Assembleia será presidida por qualquer Diretor Executivo, ou por qualquer acionista presente, que procederá à eleição da mesa, composta do presidente e um secretário, também escolhido dentre os presentes, acionistas ou não. Parágrafo Primeiro - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, o quórum necessário para as deliberações tomadas. Parágrafo Segundo - A ata poderá ser lavrada na forma de sumário dos fatos, incluindo dissidências e protestos. Artigo 10 - Exceto nos casos especiais estipulados em lei as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo de acionistas detentores de, no mínimo, a maioria das ações ordinárias. Artigo 11 – É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto para deliberar sobre as matérias constantes do Artigo 136 da Lei das S.A. Parágrafo Único - Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral da Companhia, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, nos termos da Lei das S.A. O referido instrumento de mandato deverá ser arquivado na sede da Companhia. Artigo 12 - O exercício do direito de voto em qualquer Assembleia de Acionistas em violação ao disposto neste artigo deverá ser nulo e inválido com relação à Companhia, os acionistas e quaisquer terceiros.”** **5.4. Reforma do Capítulo IV – Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Dividendos.** **5.4.1.** Reformar o “Capítulo IV – Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Dividendos” principalmente para: (i) alterar sua denominação para “Capítulo IV – Administração da Companhia”; (ii) reformular de maneira geral as deliberações contidas nele, tratando agora sobre a composição da administração da Companhia; (iii) alterar o número mínimo e máximo de diretores; (iv) renumerar o artigo 13º para artigo 14º excluindo os parágrafos 1º, 2º e 3º; (v) reformar os artigos 15, 17 a 18 como um todo; e (vi) renumerar e reformular o artigo 16 que será o novo artigo 19. **5.4.2.** Face ao supramencionado, o “Capítulo IV – Administração da Companhia” do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **“Capítulo IV - Administração da Companhia. Artigo 13 - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) até, no máximo, 20 (vinte) membros, sendo até 3 (três) Diretores Executivos I e até 17 (dezessete) Diretores Executivos II, pessoas físicas, acionistas ou não, e residentes no país. Artigo 14 - Os Diretores tomarão posse mediante assinatura de termo próprio, no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, e permanecerão em seus cargos por um mandato de 2 (dois) anos, estendendo-se até a investidura dos novos eleitos, permitida a reeleição. Artigo 15 – No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia Geral. Artigo 16 - As Reuniões da Diretoria serão realizadas sempre que exigido pelo interesse social. Artigo 17 – A Diretoria terá amplos poderes para administrar a companhia e para realizar todos os atos e operações relacionadas ao objeto social, observando as disposições deste Estatuto Social. Artigo 18 – A representação da Companhia poderá ser feita por (i) 02 (dois) diretores em conjunto; ou por (ii) 01 (um) diretor em conjunto com 01 (um) procurador Parágrafo Primeiro – Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por apenas um um diretor ou procurador nas seguintes situações: (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem a assunção ou renúncia de obrigações; (ii) nos mandatos com cláusula “ad judicium”; (iii) na assinatura de correspondências; (iv) na emissão de certificados digitais pertencentes a cadeia de certificados ICP-Brasil; e (v) atividades de rotina da área Financeira, incluindo a assinatura de proposta para abertura e/ou de encerramento de conta bancária; o cadastramento de usuário master e/ou a atualização cadastral perante instituição bancária; requisição de limite de conta SELIC com instituição bancária; e assinatura para emissão, transferência, e endosso de Cédula de Crédito Bancário (CCB). Parágrafo Segundo - A Companhia, mediante a assinatura de 2 (dois) Diretores Executivos, poderá constituir procuradores, especificando, nos respectivos instrumentos, todos os poderes que serão atribuídos aos mesmos, cujo prazo de duração não poderá ser superior a 1 (um) ano, excluídas do limite de duração apenas as procurações “ad judicium”. Parágrafo Terceiro – A celebração de contratos e a assunção de obrigações por meio de qualquer ato ou documento que implique responsabilidade para a Companhia não poderá exceder o prazo de 12 (doze) meses consecutivos, devendo ainda observar os limites de alçada e forma de representação previstos a seguir: Valor do Contrato: Até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); Forma de Representação: Assinatura de 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto ou 1 (um) Diretor Executivo e 1 (um) Procurador com poderes especiais. Valor do Contrato: Acima de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); Forma de Representação: Assinatura de 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto, sendo obrigatoriamente 1 (um) Diretor Executivo I. Parágrafo Quarto – Serão nulos e não gerarão responsabilidades para a Companhia os atos praticados em desconformidade às regras dos parágrafos precedentes. Artigo 19 – A remuneração dos membros da Diretoria, incluindo benefícios de qualquer natureza, será definida, anualmente, pela Assembleia Geral, considerando suas responsabilidades, tempo despendido em suas funções, a competência profissional, sua reputação e seu valor de mercado.”** **5.5. Reforma do Capítulo V – Liquidação da Companhia.** **5.5.1.** Reformar o “Capítulo V – Liquidação da Companhia” como um todo a fim de: (i) alterar sua denominação para “Capítulo V – Conselho Fiscal”; e (ii) renumerar seus artigos e aperfeiçoar as redações contidas. **5.5.2.** Diante a alteração supramencionada, o “Capítulo V – Conselho Fiscal” do Estatuto Social, passará a vigorar com a seguinte redação: **“Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 20 - A Companhia possuirá um Conselho Fiscal não permanente que, quando instalado, será constituído por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - A instalação do Conselho Fiscal deverá ser deliberada pela Assembleia Geral. Parágrafo Segundo - Os membros efetivos do Conselho Fiscal serão investidos nas suas funções mediante a assinatura de um Termo de Posse, registrado no respectivo livro de registro de atas de reunião do Conselho Fiscal. Parágrafo Terceiro - As funções, competência, deveres, responsabilidades dos membros do Conselho Fiscal deverão obedecer às disposições legais. Parágrafo Quarto - Quando no exercício de suas funções, os membros efetivos do Conselho Fiscal terão direito a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral, observados os limites legais.”** **5.6. Reforma do Capítulo VI – Solução de Controvérsias.** **5.6.1.** Reformar como um todo o “Capítulo VI – Soluções e Controvérsias” a fim de: (i) alterar sua denominação para “Capítulo VI – Exercício Social e Distribuição de Dividendos”; e (ii) renumerar seus artigos e aperfeiçoar suas redações. **5.6.2.** Diante a alteração supramencionada, o “Capítulo VI – Exercício Social e Distribuição de Dividendos” do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **“Capítulo VI – Exercício Social e Distribuição de Dividendos. Artigo 21 - O exercício social coincidirá com o ano civil iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. Parágrafo Primeiro - Ao término de cada exercício social serão elaboradas as Demonstrações Financeiras previstas em lei. Os lucros líquidos verificados terão a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (b) Pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, estipulado de acordo com o Artigo 202 da Lei das S.A., para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e (c) O saldo deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais, conforme definido abaixo, a esse respeito. Parágrafo Segundo - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em qualquer outra periodicidade não inferior a um mês calendário, para apuração dos lucros dos respectivos períodos, que poderão ser distribuídos ou retidos, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. Parágrafo Terceiro - A Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio, nos termos da legislação vigente.”** **5.7. Reforma do Capítulo VII – Disposições Gerais.** **5.7.1.** Reformar o “Capítulo VII – Disposições Gerais” a fim de: (i) alterar sua denominação para “Capítulo VII – Liquidação”; e (ii) ajustar, alterar e renumerar os artigos constantes neste capítulo. **5.7.2.** Face ao supramencionado, o “Capítulo VII – Liquidação” do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **“Capítulo VII – Liquidação. Artigo 22 - A Companhia está sujeita ao regime de administração especial temporária, à intervenção e à liquidação extrajudicial, nas condições e formas previstas na legislação aplicável. Parágrafo Único - Na hipótese de liquidação da Companhia, deverão ser adotados e observados os procedimentos legais. A Assembleia Geral deverá nomear um liquidante para administrar a companhia durante o período de liquidação.”** **5.8. Inclusão do Capítulo VIII – Disposições Gerais.** **5.8.1.** Incluir o “Capítulo VIII – Disposições Gerais” do Estatuto Social a fim de deliberar sobre as arbitragens, elegendo o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir eventuais divergências envolvendo os acionistas e a Companhia, decorrentes do presente Estatuto Social. **5.8.2.** Face a deliberação supra, o “Capítulo VIII – Disposições Gerais” do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **“Capítulo VIII – Disposições Gerais. Artigo 23 – Este Estatuto Social será regido e interpretado pelas leis do Brasil. Artigo 24 – As divergências envolvendo os acionistas e a Companhia, decorrentes do presente Estatuto Social, deverão ser solucionadas por arbitragem, a ser conduzida de forma confidencial, em São Paulo/SP, nos termos do Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (“Câmara de Arbitragem”). A arbitragem será conduzida em português, por um tribunal arbitral composto por três árbitros com experiência em operações de fusões e aquisições. Parágrafo Primeiro – Sem prejuízo da cláusula compromissória I, fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, exclusivamente para: (i) execução de obrigações que comportem, desde logo, execução judicial (ii) obtenção de medidas coercitivas ou procedimentos acautelatórios como garantia à eficácia do procedimento arbitral e (iii) obtenção de medidas de caráter mandamental e de execução específica, sendo certo que, atingida a providência mandamental ou de execução específica perseguida, restituir-se-á ao Tribunal Arbitral a ser constituído ou já constituído, conforme o caso, a plena e exclusiva competência para decidir acerca de toda e qualquer questão, seja de procedimento ou de mérito, que tenha dado ensejo ao pleito mandamental ou de execução específica, suspendendo-se o respectivo procedimento judicial até decisão do Tribunal Arbitral, parcial ou final, a respeito. O ajuizamento de qualquer medida nos termos previstos nesta cláusula não importa em renúncia à cláusula compromissória prevista neste Acordo ou à plena jurisdição do Tribunal Arbitral. Parágrafo Segundo – O laudo arbitral será final e vinculante, e poderá ser executado em qualquer jurisdição competente. As partes renunciam, na máxima extensão legal, a qualquer recurso ou medida judicial contra o laudo, inclusive pedidos de esclarecimento, revisão ou anulação. Parágrafo Terceiro – Conflitos relacionados ao presente Estatuto Social e a documentos correlatos poderão ser consolidados em um único procedimento arbitral, desde que: (i) haja identidade relevante de fatos ou fundamentos jurídicos; (ii) a consolidação não cause prejuízo às partes; (iii) não acarrete atraso injustificado. Caso haja múltiplas arbitragens em curso, as partes terão 20 (vinte) dias para escolher a arbitragem a ser mantida (“Arbitragem Selecionada”); na ausência de consenso, a Câmara de Arbitragem decidirá em igual prazo. Não havendo decisão, prevalecerá a primeira arbitragem realizada. A decisão sobre a consolidação será final e vinculante, e as partes renunciam qualquer recurso, esclarecimento de interpretação, revisão ou anulação.”** **5.9. Consolidação do Estatuto Social da Companhia.** **5.9.1.** E, por fim, consolidar o Estatuto Social da Companhia, já contemplando as alterações deliberadas acima, na forma do “Anexo I” a presente ata. **6.** Encerramento, lavratura e leitura da ata: nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente: Sr. Jamil Saud Marques; Secretária: Sabrina Funchal. Acionistas: Neon Payments Limited. (por Pedro Henrique de Souza Conrade) e Neon Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento (por Pedro Henrique de Souza Conrade e Jamil Saud Marques). São Paulo/SP, 05 de novembro de 2025. JUCESP nº 425.195/25-9 em 01/12/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira
ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/01/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Banco de Projetos Granja Viana III Empreendimentos SPE Ltda.

CNPJ n.º 24.933.875/0001-04 - NIRE 35229920445

6ª Alteração de Contrato Social Para Transformação do Tipo Jurídico de Sociedade Limitada Para Sociedade Anônima.

Pelo presente instrumento particular, a abaixo assinada: **BP8 Banco De Projetos Imobiliários S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça da Sé, n.º 399, sala 102, Bairro Sé, CEP: 01001-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.166.785/0001-90 e com seu Contrato Social registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35300643356, neste ato representada pelos seus administradores Sr. **Jean Paul Cutrona**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 19.457.728-4 SSP/SP e inscrito no CPF o n.º 101.578.868-83, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça da Sé, n.º 399, sala 102, Bairro Sé, CEP: 01001-000, e/ou Sra. **Priscilla Mara Battiston Seferian Cutrona**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 10.644.956-4 SSP/SP e inscrita no CPF n.º 161.199.208-70, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça da Sé, n.º 399, sala 102, Bairro Sé, CEP: 01001-000, na qualidade de única sócia representando a totalidade do capital social da sociedade empresária limitada denominada **Banco de Projetos Granja Viana III Empreendimentos SPE Ltda.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça da Sé, n.º 399, sala 102, Bairro Sé, CEP: 01001-000, inscrita no CNPJ n.º 24.933.875/0001-04 e com seu Contrato Social registrado perante a Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE 35229920445, resolve alterar o referido Contrato Social, procedendo para tanto da seguinte forma: **Clausula Primeira - Transformação do Tipo Jurídico** - 1.1. Visando melhor atender aos interesses sociais, a sócia resolve transformar o tipo jurídico da Sociedade, passando de sociedade limitada para sociedade anônima, sem lapso de continuidade de suas atividades sociais, bem como sem prejuízo para seus credores, na forma dos Artigos 220 e 222 da Lei n.º 6.404/76. 1.2. Em decorrência da transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, a denominação social passa a ser **"Banco de Projetos Granja Viana III Empreendimentos SPE S.A."**. 1.3. Diante do deliberado acima, a sociedade, ora transformada, permanecerá tendo como acionista a atual sócia, e o seu capital social, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), permanecerá inalterado, sendo que as 100.000 quotas são, neste ato, substituídas por 100.000 ações ordinárias com direito a voto, todas de propriedade da **BP8 Banco de Projetos Imobiliários S/A**, anteriormente qualificada. 1.4 O capital social da Companhia, no valor R\$ 100.000,00 (cem mil reais), encontra-se totalmente subscrito e integralizado. 1.5. O Boletim de Subscrição das ações da **BP8 Banco de Projetos Imobiliários S/A**, anteriormente qualificada, encontra-se no **Anexo I** do presente Instrumento. **Clausula Segunda - Da Administração** - 2.1. A Acionista resolve, ainda, que a administração da Companhia passará a ser exercida por uma Diretoria, composta por 02 (dois), sendo 02 (dois) **"Diretores Classe A"**, acionistas ou não, residentes no País. 2.2. Neste sentido, ficam eleitos para compor a Diretoria da Companhia, para um mandato de 03 (três) anos, os Srs.: (a) **Jean Paul Cutrona**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 19.457.728-4 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n.º 101.578.868-83, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça da Sé, n.º 399, sala 102, Bairro Sé, CEP: 01001-000, para o cargo de **Diretor Classe A**; e (b) **Priscilla Mara Battiston Seferian Cutrona**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 10.644.956-4 SSP/SP e inscrita no CPF sob n.º 161.199.208-70, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça da Sé, n.º 399, sala 102, Bairro Sé, CEP: 01001-000, para o cargo de **Diretor Classe A**. 2.3. Em relação à remuneração da Diretoria, os acionistas decidem que será definida, oportunamente, em Assembleia Geral da Companhia. 2.4. Os Diretores ficam desde já empossados em seus cargos mediante a assinatura desse Instrumento, bem como dos termos de posse lavrados no livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia, nos termos do **Anexo III** do presente Instrumento. 2.5. Os membros da Diretoria eleitos declaram, sob as penas da lei, que não se encontram impedidos por lei especial a exercer atividades empresariais ou congêneres, nem condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Clausula Terceira - Aumento Do Capital Social** 3.1. A Acionista delibera, ainda, pelo aumento do capital social da Companhia, passando de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões cem mil reais), com um aumento efetivo de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), mediante a emissão de 200 novas ações, com fulcro no Artigo 170, § 1º, I, da Lei 6.404/76, sendo todas elas ações preferenciais de Classe A.1, nominativas, sem valor nominal e sem direito de voto, totalmente subscritas e integralizadas da seguinte forma: (i) 140 ações preferenciais de Classe A.1 pela acionista preferencialista ingressante **Versi IV Participações S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 57.599.696/0001-31, com sede na Rua Cândido Xavier, n.º 602, conjunto 102, Andar Tr, Cond Hamilcar Pizzatto Ct, Bloco Hamilcar Pizzatto Ct, Água Verde, CEP: 80.240-280, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná e com seu Estatuto Social registrado perante a Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE 41300329591, neste ato representada pelos diretores, **Ebran Augusto Theilacker**, brasileiro, nascido em 15.09.1991, solteiro, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Biguacu, n.º 203, apartamento 801, Bairro Saguacu, CEP: 89.221-030, portador da Cédula de Identidade RG n.º 5.490.487 SSP/SC e inscrito no CPF sob o n.º 075.126.849-67 e **Gisele Marta Schafhauser**, brasileira, nascida em 01.06.1989, casada, contadora, residente e domiciliada na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Euzébio de Queiroz, n.º 350, Apartamento 704, Bairro Glória, CEP: 89.216-290, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 9.974.283-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob o n.º 063.963.369-28, no prazo, forma e preço de emissão estabelecido no Boletim de Subscrição constante no **Anexo II** do presente Instrumento; e (ii) 60 ações preferenciais de Classe A.1 pela acionista preferencialista ingressantes **Versi II Participações S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.921.182/0001-92, com seu Estatuto Social devidamente registrado perante a Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41300302821, com sede na Rua Cândido Xavier, n.º 602, conjunto 102, Térreo Cond Hamilcar Pizzatto, Ct Bloco Hamilcar Pizzatto Ct, Água Verde, CEP: 80.240-280, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representada por seus Diretores Sr. **Ebran Augusto Theilacker**, e Sra. **Gisele Marta Schafhauser**, anteriormente qualificados, no prazo, forma e preço de emissão estabelecido no Boletim de Subscrição constante no **Anexo III** do presente Instrumento. 3.2 As ações preferenciais de Classe A.1 não terão direito de voto, mas farão jus a dividendos fixos mensais, calculados e correspondentes ao resultado da soma das seguintes fórmulas: **(i) DFM1 = (Taxa) / 12 * VA; (ii) DFM2 = [(0,015 * 91.464.193,05 * (IVA / (10% * 91.464.193,05)) / 12]**; Onde: DFM1 = Dividendos Fixos Mensais 1; DFM2 = Dividendos Fixos Mensais 2; VA = Valor aportado, seja como capital ou reserva de capital; Taxa = Selic a.a. + 4%. A Selic a ser considerada será a do dia 20 do mês anterior ao mês de competência. "Fonte da Selic: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios>. 3.2.1 O Valor total mensal dos Dividendos Fixos corresponderá à soma de DFM1 e DFM2, a serem pagos no dia 20 (vinte) do mês seguinte à sua apuração. 3.2.2 O valor total de dividendos a serem pagos durante todo o período do aporte será o valor total dos dividendos fixos mensais multiplicados pelo número de meses do aporte, desde a data de realização do aporte até a data de devolução do aporte, conforme as seguintes fórmulas: **(i) DFT1: DFM1 * n; (ii) DFT2: DFM2 * n; Onde:** DFT1 = Dividendos Fixos Totais 1; DFT2 = Dividendos Fixos Totais 2; DFM1 = Dividendos Fixos Mensais 1; DFM2 = Dividendos Fixos Mensais 2; n = número de meses contados a partir do dia de aporte. 3.3. Diante da deliberação realizada, o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: **"ARTIGO 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, nos termos do parágrafo quinto abaixo, é de R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões cem mil reais), dividido em 100.200 ações, sendo 100.000 ordinárias e 200 preferenciais de Classe A.1, todas nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo Segundo - As ações preferenciais Classe A.1, nominativas, sem valor nominal não terão direito de voto, mas farão jus a dividendos fixos a serem pagos mensalmente, a partir da data de ingresso do recurso na Companhia, calculados e correspondentes ao resultado da soma das seguintes fórmulas: **(i) DFM1 = (Taxa) / 12 * VA; (ii) DFM2 = [(0,015 * 91.464.193,05) / 12]**; Onde: DFM1 = Dividendos Fixos Mensais 1; DFM2 =

= Dividendos Fixos Mensais 2; VA = Valor aportado, seja como capital ou reserva de capital; Taxa = Selic a.a. + 4%. A Selic a ser considerada será a do dia 20 do mês anterior ao mês de competência. "Fonte da Selic: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios>. Parágrafo Terceiro - O Valor total mensal dos Dividendos Fixos corresponderá à soma de DFM1 e DFM2, a serem pagos no dia 20 (vinte) do mês seguinte à sua apuração. Parágrafo Quarto - O valor total de dividendos a serem pagos durante todo o período do aporte será o valor total dos dividendos fixos mensais multiplicados pelo número de meses do aporte, desde a data de realização do aporte até a data de devolução do aporte, conforme as seguintes fórmulas: **(i) DFT1: DFM1 * n; (ii) DFT2: DFM2 * n; Onde:** DFT1 = Dividendos Fixos Totais 1; DFT2 = Dividendos Fixos Totais 2; DFM1 = Dividendos Fixos Mensais 1; DFM2 = Dividendos Fixos Mensais 2; n = número de meses contados a partir do dia de aporte. Parágrafo Quinto – O capital pendente de integralização no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) será integralizado em moeda corrente nacional pela acionista **Versi IV Participações S.A** e **Versi II Participações S.A** até 01 de Outubro de 2025." **Clausula Quarta - Da Alteração do Objeto Social** - 4.1. Os acionistas resolvem de mútuo, perfeito e comum acordo pela alteração do objeto social. Dessa maneira, o Artigo 3º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: **"ARTIGO 3º.** A Companhia tem por objeto social o propósito específico de incorporação de Empreendimentos Imobiliários POP GRANJA e, exclusivamente, promover empreendimentos imobiliários no Sistema Financeiro de Habitação – SFH a ser incorporado nos termos da Lei 4.591/64 e demais legislações aplicáveis, em imóvel objeto da matrícula n.º 36.200 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Carapicuíba/SP. Tal empreendimento consiste em 426 unidades autônomas com área total de 17.392,11m2 a serem disponibilizadas e comercializadas até o final da construção, objeto da incorporação imobiliária, e ainda, a instituição de condomínio quando estiver pronta (CNAE 4110-7/00). " **Clausula Quinta - Aprovação do Estatuto Social** - 5.1. Ainda, em decorrência da transformação do tipo jurídico, conforme Clausula Segunda acima, e visando melhor adequação das atividades exercidas pela Companhia, os acionistas deliberam pela aprovação e consolidação do Estatuto Social, conforme redação a seguir: **Estatuto Social da Banco de Projetos Granja Viana III Empreendimentos SPE S.A.** - CNPJ n.º 24.933.875/0001-04 - NIRE - em fase de transformação - **Capítulo I - Denominação, Sede, Prazo e Objeto Social - ARTIGO 1º.** - A Companhia denomina-se **Banco De Projetos Granja Viana III Empreendimentos SPE S.A.**, e rege-se pelo presente Estatuto e disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** - A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça da Sé, n.º 399, sala 102, Bairro Sé, CEP: 01001-000 e, mediante deliberação da Diretoria, poderá abrir, mudar ou fechar filiais ou representações em qualquer localidade do país. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social o propósito específico de incorporação de Empreendimentos Imobiliários POP GRANJA e, exclusivamente, promover empreendimentos imobiliários no Sistema Financeiro de Habitação – SFH a ser incorporado nos termos da Lei 4.591/64 e demais legislações aplicáveis, em imóvel objeto da matrícula n.º 36.200 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Carapicuíba/SP. Tal empreendimento consiste em 426 unidades autônomas com área total de 17.392,11m2 a serem disponibilizadas e comercializadas até o final da construção, objeto da incorporação imobiliária, e ainda, a instituição de condomínio quando estiver pronta (CNAE 4110-7/00). **Artigo 4º.** - A Companhia perdurará pelo prazo necessário à conclusão do objeto previsto neste instrumento, tendo iniciado suas atividades em 20.04.2016. **Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, nos termos do parágrafo quinto abaixo, é de R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões cem mil reais), dividido em 100.200 ações, sendo 100.000 ordinárias e 200 preferenciais de Classe A.1, todas nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo Segundo - As ações preferenciais Classe A.1, nominativas, sem valor nominal não terão direito de voto, mas farão jus a dividendos fixos a serem pagos mensalmente, a partir da data de ingresso do recurso na Companhia, calculados e correspondentes ao resultado da soma das seguintes fórmulas: **(i) DFM1 = (Taxa) / 12 * VA; (ii) DFM2 = [(0,015 * 91.464.193,05 * (IVA / (10% * 91.464.193,05)) / 12]**; Onde: DFM1 = Dividendos Fixos Mensais 1; DFM2 = Dividendos Fixos Mensais 2; VA = Valor aportado, seja como capital ou reserva de capital; Taxa = Selic a.a. + 4%. A Selic a ser considerada será a do dia 20 do mês anterior ao mês de competência. "Fonte da Selic: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios>. Parágrafo Terceiro - O Valor total mensal dos Dividendos Fixos corresponderá à soma de DFM1 e DFM2, a serem pagos no dia 20 (vinte) do mês seguinte à sua apuração. Parágrafo Quarto - O valor total de dividendos a serem pagos durante todo o período do aporte será o valor total dos dividendos fixos mensais multiplicados pelo número de meses do aporte, desde a data de realização do aporte até a data de devolução do aporte, conforme as seguintes fórmulas: **(i) DFT1: DFM1 * n; (ii) DFT2: DFM2 * n; Onde:** DFT1 = Dividendos Fixos Totais 1; DFT2 = Dividendos Fixos Totais 2; DFM1 = Dividendos Fixos Mensais 1; DFM2 = Dividendos Fixos Mensais 2; n = número de meses contados a partir do dia de aporte. Parágrafo Quinto - O capital pendente de integralização no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) será integralizado em moeda corrente nacional pelas acionistas **Versi IV Participações S.A** e **Versi II Participações S.A** até 01 de Outubro de 2025. **Artigo 6º.** Por deliberação da Assembleia Geral, em virtude de proposta da Diretoria, o capital social da Companhia pode ser aumentado mediante a capitalização de lucros ou reservas, sendo facultativa a emissão de novas ações correspondentes ao aumento, entre seus acionistas, na proporção do número de ações que possuam. **Artigo 7º.** A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis, ou não, em ações e bônus de subscrição. **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 8º.** A Assembleia Geral, convocada e instalada na forma da lei e deste Estatuto, reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que interesses e assuntos sociais exigirem deliberação dos acionistas. Parágrafo Primeiro - Os trabalhos da Assembleia Geral serão presididos por qualquer um dos Diretores da Companhia. Nos casos de ausência ou impedimento temporário dos Diretores, a Assembleia Geral será presidida por qualquer pessoa indicada por acionistas representando a maioria das ações com direito a voto, presentes na referida Assembleia Geral. Por fim, definindo o Presidente da Assembleia Geral, caberá a ele nomear qualquer um dos presentes para atuar na qualidade de secretário. Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral terá a competência definida em lei e todas as suas deliberações serão tomadas por votos de acionistas representando a maioria absoluta das ações com direito a voto, ressalvados os casos em que o Estatuto Social, a Lei ou eventual Acordo de Acionistas definam quórum qualificado. Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral será convocada por qualquer dos Diretores da Companhia ou nos casos previstos em lei, devendo a primeira convocação ser feita, com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência e, a segunda, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. A Assembleia Geral será considerada instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando a maioria absoluta das ações com direito a voto, e, em segundo convocação, com qualquer número. Parágrafo Quarto - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre os assuntos constantes da ordem do dia objeto do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei. Parágrafo Quinto - A convocação para Assembleia Geral far-se-á nos termos do Artigo 124 da Lei das S/A, bem como mediante o envio de carta, telegrama ou e-mail (com comprovação de recebimento/entrega) ao endereço dos Acionistas devidamente informados à Companhia. A escolha da forma de convocação caberá ao responsável por efetuar a, e sempre deverá conter o local, hora e a ordem do dia da Assembleia Geral, e, no caso de reforma do Estatuto Social, a indicação da matéria. Parágrafo Sexto - O edital de convocação das Assembleias Gerais deverá estabelecer detalhadamente a respectiva ordem do dia, não podendo incluir itens genéricos como "questões de interesse geral da Companhia" e "outros". Nenhuma deliberação válida será aprovada a respeito de assuntos não expressamente incluídos na ordem do dia, conforme estabelecido no edital de convocação, salvo deliberações aprovadas pela unanimidade dos acionistas em Assembleias devidamente instaladas e exceções previstas da Lei. Parágrafo Sétimo - Fica dispensada a convocação quando a totalidade dos sócios comparecer à reunião ou declarar estar ciente do local, data, hora e ordem do dia da reunião. **Artigo 9º.** Para participar e deliberar nas Assembleias Gerais, o Acionista se identificará e apresentará à Companhia comprovantes de sua condição de Acionista, mediante documento de identidade e conforme o caso o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. Parágrafo Único - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do Artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e poderão, ainda, exercer direito de voto mediante carta ou correio eletrônico. **Capítulo IV - Administração - Artigo 10º.** A Diretoria é o órgão de administração da Companhia. **Artigo 11.** A Diretoria será composta por 02 (dois), sendo 02 (dois) **"Diretores Classe A"**, acionistas ou não, residentes no País. Parágrafo Primeiro - Os Diretores serão

eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral. O mandato será de 03 (três) anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão dos Diretores se estabelecerá até a investidura do novo eleito no mesmo cargo. Parágrafo Segundo - A investidura dos Diretores em seus cargos será feita mediante a assinatura do termo de posse, lavrado no livro de Atas de Reunião da Diretoria, no prazo da Lei. Parágrafo Terceiro - Ocorrendo a vacância de um Diretor, por morte, interdição ou renúncia, ou então por impedimento legal ou ausência superior à 60 (sessenta) dias, a Assembleia Geral elegerá o substituto, o que deverá ocorrer no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias. Parágrafo Quarto - Em caso de destituição de qualquer Diretor, com ou sem justa causa, a Assembleia Geral elegerá o substituto. Parágrafo Quinto - É permitida a um diretor a acumulação das funções de outros Diretores, desde que tal acumulação seja aprovada pela Assembleia Geral. **Artigo 12.** A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral da Companhia. **Artigo 13.** Compete aos Diretores representar a Companhia, nos termos deste Estatuto Social, bem como coordenar e superintender os negócios sociais, zelando pelo regular funcionamento da Companhia e observando o objeto social e as prescrições legais e regulamentares. **Artigo 14.** A representação da Companhia, ativa ou passiva, nos atos e negócios em geral, será feita: (i) 01 (um) "Diretor Classe A" assina individualmente; ou (ii) 01 (um) "Procurador Classe A" assina individualmente; (iii) 01 (um) procurador com poderes especiais, de forma isolada. **Artigo 15.** Os "Procuradores Classe A" deverão ser nomeados ou destituídos por 02 (dois) "Diretores Classe A" e os "Procuradores Classe B" deverão ser nomeados ou destituídos por 02 (dois) "Diretores Classe B". As procurações outorgadas deverão mencionar expressamente os poderes conferidos, sendo vedado seu subestabelecimento, sob pena de nulidade, e deverão conter período de validade limitado a 12 (doze) meses, com exceção daquelas para fins judiciais. Parágrafo Único - Ao procurador referido no item (v) do Artigo 14 será outorgada procuração por instrumento público ou privado, assinado por qualquer dos Diretores, isoladamente, e deverá conter prazo determinado, limitado a 36 (trinte e seis) meses, salvo na hipótese de mandato outorgado para fins judiciais, que poderá ser outorgado por prazo indeterminado. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 16.** O Conselho Fiscal, constituído por 3 (três) membros e igual número de suplentes, funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido de acionistas, nos termos da Lei. Parágrafo Único - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal deverá fixar sua remuneração e aprovar o regimento interno do órgão. **Capítulo VI - Do Direito de Preferência - Artigo 17.** Fica estabelecido o direito de preferência à aquisição das ações representativas do capital social, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação detida pelos acionistas no capital da Companhia. A preferência incidirá na cessão, transferência, usufruto e/ou qualquer forma de alienação ou oneração, direta ou indireta, das ações e/ou dos direitos a elas inerentes, até mesmo de subscrição (do-ravante denominados em conjunto e/ou isoladamente "Transferência"), observadas as regras de eventual Acordo de Acionistas. **Capítulo VII - Exercício Social e Resultados - Artigo 18.** O exercício social coincide com o ano civil, abrangendo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, findo o qual será elaborado o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 19.** Do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites legais, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório. Parágrafo Único: O lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) do saldo remanescente, já descontando desse saldo os valores pagos à título de dividendos fixos às ações preferenciais Classe A.1, 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas detentores de ações ordinárias a título de dividendo obrigatório; e (iii) o restante do lucro líquido terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral. **Artigo 20.** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, pagar juros sobre o capital, nos limites da lei. **Artigo 21.** Reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos, contados da publicação da Ata da Assembleia Geral que os declarou. Parágrafo Único - Por deliberação de acionistas representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social com direito a voto, pode a Companhia distribuir antecipadamente dividendos a seus acionistas. Entretanto, findo o exercício social e sendo apurado prejuízo ou inexistência de dividendos a distribuir, os acionistas que os receberam antecipadamente restituirão integralmente ao caixa da companhia os valores recebidos. **Artigo 22.** A Companhia poderá, mediante deliberação dos membros da Diretoria, levantar balanços mensais, bimestrais, trimestrais ou semestrais e distribuir os lucros neles evidenciados. **Capítulo VIII - Da Liquidação da Companhia - Artigo 23.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos na legislação em vigor, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que funcionará nesse período. **Capítulo IX: Do Acordo de Acionistas - Artigo 24.** Nos termos do Artigo 118 da Lei 6.404/76, havendo Acordo de Acionistas, o mesmo deverá ser sempre observado pela Companhia e pelos acionistas signatários. Parágrafo Único - As obrigações e responsabilidades resultantes do Acordo de Acionistas são válidas e oponíveis a terceiros nos termos da Lei. Os administradores da Companhia zelarão pela observância do Acordo de Acionistas e o Presidente da Assembleia Geral deverá declarar a invalidade do voto proferido em desacordo com suas disposições. **Capítulo XI - Disposições Finais - Artigo 25.** Este Estatuto Social admitirá execução específica, nos termos do parágrafo 3º do artigo 118 da Lei n.º 6.404 de 15 de Dezembro de 1976, independentemente do pagamento de perdas e danos sofridos pelas infrações contra ele praticadas. Parágrafo Único - Cada acionista terá o direito de requerer ao presidente da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria que declare a invalidade do voto proferido em desacordo com as previsões deste Estatuto Social ou de eventual Acordo de Acionistas e/ou requerer à administração a suspensão ou o cancelamento imediato do registro da transferência de ações de emissão da Companhia efetuado em desacordo com o previsto em tais documentos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial. **Artigo 26.** A administração da Companhia arquivará na sede social os acordos de acionistas, se existirem, obrigando-se a cumpri-los integralmente. Parágrafo Único - A Companhia disponibilizará aos acionistas, caso existam, acordos de acionistas, contratos com partes relacionadas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão. **Artigo 27.** As partes envierão os seus melhores esforços no sentido de solucionar amigavelmente qualquer pendência decorrente desse Estatuto Social. Parágrafo Único - Mediante recebimento de notificação acerca da existência de algum conflito não resolvido amigavelmente, os Acionistas deverão primeiramente buscar um processo interno de conciliação em âmbito gerencial dentro de 30 (trinta) dias a partir do surgimento do conflito. **Artigo 28.** Se o conflito permanecer pendente, mesmo após processo interno de conciliação, qualquer das Partes poderá instaurar Arbitragem, nos termos do Regulamento de Arbitragem e Mediação da Câmara de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná ("CAMFIEP"), e sob a administração da mesma Câmara, bem como em conformidade com as Leis da República Federativa do Brasil, que são as Leis de regência do presente Estatuto, e supletivamente pelas disposições da Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996. O procedimento arbitral ocorrerá na cidade de Curitiba/PR, em idioma português e respeitará os termos do Regulamento de Arbitragem da CAMFIEP. **Artigo 29.** É expressamente vedado à administração e acionistas da Companhia oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma. **Artigo 30.** O presente Estatuto Social rege-se pelas disposições da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores. E, por assim estarem, justos e contratados, assinam o presente instrumento em uma única via, na presença das testemunhas abaixo. São Paulo/SP, 28 de agosto de 2025. **Acionistas/Diretores: BP8 Banco de Projetos Imobiliários S/A.** - por Jean Paul Cutrona e Priscilla Mara Battiston - Seferian Cutrona - Acionista; **Priscilla Mara Battiston Seferian Cutrona** - Diretor Classe A eleito; **Versi II Participações S.A.** - por Gisele Marta Schafhauser e Ebran Augusto Theilacker - Acionista; **Jean Paul Cutrona** - Diretor Classe A eleito; **Versi IV Participações S.A.** - por Gisele Marta Schafhauser e Ebran Augusto Theilacker; **Advogados: Gislene Caetano de Oliveira Andre** - OAB/SP nº 192.104. **Testemunhas:** Nome: Gabriela Aparecida Volpato - CPF: 067.925.349-19; Nome: Debora Nascimento Monteiro - CPF: 156.860.478-55. Jucesp sob o NIRE 3530068299-8 e registrada sob o n.º 432.139/25-4 em 16/12/2025. Marina Centurion Dardani - Secretário Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira
ao lado a autenticidade



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Azul S.A.

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 – NIRE 35.300.361.130 | Companhia aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de janeiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 6 (seis) dias do mês de janeiro de 2026, às 12h00 horas, na sede social da Azul S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulihoa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jobatã, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040. **2. Convocação e Presença:** A reunião foi convocada nos termos do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e devidamente instalada em primeira convocação, tendo em vista a presença da maioria dos membros efetivos do Conselho de Administração. Membros do Conselho de Administração presentes: David Gary Neeleman, Sérgio Eraldo de Salles Pinto, Gilberto de Almeida Peralta, Renata Faber Rocha Ribeiro, Patrick Wayne Quayle, José Mario Caprioli dos Santos, James Jason Grant e Jonathan Seth Zimman. **3. Mesa:** David Gary Neeleman – Presidente; Edson Massuda Sugimoto – Secretário. **4. Ordem do Dia:** Em continuidade à deliberação aprovada em sede de reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de dezembro de 2025, deliberar sobre: **(i)** o efetivo aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, com a exclusão do direito de preferência aos atuais acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais (“Acionistas”) de emissão da Companhia na subscrição das novas ações ordinárias (“Ações Ordinárias”) e ações preferenciais (“Ações Preferenciais”) e, quando em conjunto com as Ações Ordinárias, “Ações”) de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembarradas de quaisquer ônus ou gravames, nos termos do artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), no âmbito da oferta pública de distribuição primária de Ações, realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob o rito de registro automático de distribuição (“Oferta”), nos termos do artigo 26, inciso II, alínea “a), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, de 13 de julho de 2022 (“Resolução CVM 160”), com a concessão de direito de prioridade aos Acionistas na forma do artigo 53, caput, da Resolução da CVM 160, bem como a atribuição e entrega, como vantagem adicional gratuita, aos subscritores das Ações, de 1 (um) bônus de subscrição para cada 1 (uma) Ação Ordinária e 1 (uma) Ação Preferencial, respectivamente, subscritas na Oferta (“Bônus de Subscrição”); **(ii)** a determinação da forma de subscrição e integralização das Ações a serem emitidas, bem como seus direitos, vantagens e restrições; **(iii)** a verificação da subscrição das Ações e dos Bônus de Subscrição e a homologação do aumento de capital social da Companhia, no âmbito da Oferta; **(iv)** sob a condição suspensiva (“Condição Suspensiva”) de aprovação, em sede de assembleia geral dos debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures conversíveis em ações preferenciais, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, da Companhia (“Emissão de Debêntures Conversíveis”), a conversão da totalidade das debêntures da Emissão de Debêntures Conversíveis, representadas por 908.401 (novecentas e oito mil quatrocentas e uma) debêntures, em 1.375.360.637.106 (um trilhão trezentos e setenta e cinco bilhões trezentos e sessenta milhões seiscentos e trinta e sete mil e cento e seis) ações preferenciais da Companhia, observada a razão de conversão de 1.514.046 (um milhão quinhentas e quatorze mil e quarenta e seis) ações preferenciais por debênture, conforme previsto na respectiva escritura de emissão (“Conversão Mandatória das Debêntures”); **(v)** sob a Condição Suspensiva, o efetivo aumento do capital social da Companhia em razão da Conversão Mandatória das Debêntures, mediante a emissão de 1.375.360.637.106 (um trilhão trezentos e setenta e cinco bilhões trezentos e sessenta milhões seiscentos e trinta e sete mil e cento e seis) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Aumento de Capital decorrente da Conversão Mandatória das Debêntures”); e **(vi)** a ratificação dos atos que a Diretoria já tenha praticado com vistas à realização da Oferta e à Conversão Mandatória das Debêntures e a autorização para que a Diretoria da Companhia, representada por quaisquer dois diretores em conjunto, tome todas as providências e pratique todos os atos necessários à realização da Oferta e à Conversão Mandatória das Debêntures. **5. Deliberações:** Instalada a reunião e após a discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **(i) aprovar** o efetivo aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão de 723.861.340.715 novas Ações Ordinárias e 723.861.340.715 novas Ações Preferenciais, com a exclusão do direito de preferência dos Acionistas na subscrição das novas Ações, nos termos do artigo 172, I, da Lei das S.A., no âmbito da Oferta, com a concessão de direito de prioridade aos Acionistas, na forma do artigo 53, caput, da Resolução CVM 160. O preço por Ação Ordinária é de R\$0,00013527 e o preço por Ação Preferencial é de R\$0,01014509 (em conjunto, o “Preço por Ação”), conforme ratificados na deliberação aprovada em sede de reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de dezembro de 2025. O Preço por Ação foi fixado considerando os termos, parâmetros econômicos e obrigações estabelecidos no plano de reestruturação da Companhia (“Plano”) nos Estados Unidos da América, sob o Chapter 11 do United States Bankruptcy Code, de forma uniforme e em bases compatíveis com o interesse social, sem diluição injustificada dos atuais acionistas, observados, entre outros fatores: **(a)** o valor do patrimônio líquido das ações da Companhia, nos termos do artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei das S.A., que é negativo; e **(b)** os parâmetros e condições previstos no Plano. Os valores atribuídos às Ações refletem, de forma clara e consistente, a estrutura de capital atualmente existente, na medida em que o montante total da dívida da Companhia é substancialmente superior ao valor de seu patrimônio (equity value), que é negativo, circunstância que impacta diretamente as métricas de avaliação e sustenta, em conjunto com os demais elementos acima referidos, a determinação do Preço por Ação. Com base no Preço por Ação, R\$ 7.441.550.992,27 serão integralizados com as Dívidas Financeiras – Notas (conforme definido no fato relevante da Oferta). Dessa forma, capital social será elevado em R\$7.441.550.992,27, considerando o montante total de R\$97.915.144,64 com base no preço por Ação Ordinária e o montante total de R\$7.343.635.847,63 com base no preço por Ação Preferencial; **(ii) aprovar** que a subscrição das Ações pelos Acionistas e pelos investidores profissionais, conforme definidos nos artigos 11 e 12 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021 (“Investidores Profissionais”), que não venham a integralizá-las por meio das Dívidas Financeiras – Notas, seja realizada à vista na data de liquidação da Oferta, em moeda corrente nacional, com recursos imediatamente disponíveis. A subscrição de Ações pelos Investidores Profissionais a serem integralizadas por meio das Dívidas Financeiras – Notas não será formalizada por meio do sistema de registro da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e, portanto, será formalizada por meio de boletins de subscrição a serem apresentados diretamente à instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, Itai Corretora de Valores S.A. (“Instituição Escrituradora”). A liquidação física e financeira das Ações a serem subscritas e integralizadas por meio das Dívidas Financeiras – Notas se dará fora do âmbito da B3 e será feita exclusivamente por meio dos procedimentos estabelecidos pela Instituição Escrituradora. Todas as Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias e aos titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social e na legislação aplicável, a partir da data da efetiva integralização das Ações; **(iii) aprovar** a verificação pelo Conselho de Administração da subscrição das Ações e dos Bônus de Subscrição e a consequente homologação do aumento de capital social da Companhia, em razão das deliberações tomadas acima. Dessa forma, o capital social foi aumentado de R\$7.131.859.384,34 (sete bilhões, cento e trinta e um milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), dividido em 3.025.004.874 (três bilhões, vinte e cinco milhões, quatro mil e oitocentos e setenta e quatro) ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo: (i) 2.128.965.121 (dois bilhões, cento e vinte e oito milhões, novecentos e sessenta e cinco mil e cento e vinte e uma) ações ordinárias; e (ii) 896.039.753 (oitocentos e noventa e seis milhões, trinta e nove mil, setecentos e cinquenta e três) ações preferenciais, para R\$14.573.410.376,61 (quatorze bilhões, quinhentos e setenta e três milhões, quatrocentos e dez mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta e um centavos), dividido em 1.450.747.686.304 (um trilhão, quatrocentos e cinquenta bilhões, setecentos e quarenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, trezentas e quatro) ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo: (i) 725.990.305.836 (setecentos e vinte e cinco bilhões, novecentos e noventa milhões, trezentos e cinco mil, oitocentas e trinta e seis) ações ordinárias; e (ii) 724.757.380.468 (setecentos e vinte e quatro bilhões, setecentos e cinquenta e sete milhões, trezentos e oitenta mil, quatrocentas e sessenta e oito) ações preferenciais. O Conselho de Administração submeterá oportunamente à deliberação da Assembleia Geral a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, de forma a atualizar a redação estatutária sobre a composição do capital social; **(iv) aprovar** a Conversão Mandatória das Debêntures, nos termos indicados na ordem do dia (iv) acima, após a verificação da Condição Suspensiva; **(v) aprovar** o Aumento de Capital decorrente da Conversão Mandatória das Debêntures, nos termos indicados na ordem do dia (iv) acima, após a verificação da Condição Suspensiva; e **(vi) aprovar** a ratificação dos atos que a Diretoria da Companhia já tenha praticado até a presente data com vistas à realização da Oferta e à Conversão Mandatória das Debêntures e a autorização para que a Diretoria da Companhia, representada por quaisquer dois diretores em conjunto, tome todas as providências e pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta reunião, incluindo, mas não se limitando, a representar a Companhia perante a CVM, a B3 e a ANBIMA, conforme se faça necessário, podendo para tanto praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar, aprovar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização das deliberações acima. **6. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura de presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos assinada Mesa: David Gary Neeleman – Presidente; Edson Massuda Sugimoto – Secretário. **Membros do Conselho de Administração presentes:** David Gary Neeleman, Sérgio Eraldo de Salles Pinto, Gilberto de Almeida Peralta, Renata Faber Rocha Ribeiro, Patrick Wayne Quayle, José Mario Caprioli dos Santos, James Jason Grant e Jonathan Seth Zimman – Conselheiros. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* Barueri, SP, 6 de janeiro de 2026. (ass.:) **Edson Massuda Sugimoto** – Secretário.

Qubit Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ nº 26.370.779.0001-20 – NIRE 35.3.0063457-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de Agosto de 2025

1. Data, Horário e Local: aos 22 dias do mês de agosto de 2025, às 16h00 na sede social da Qubit Distribuidora de Cosméticos S.A. (“Companhia”), na cidade de Itapevi, Estado de São Paulo, na Avenida Caio Cotrim nº 400, Galpão A12, Bairro Itaquí, CEP 06696-060. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada (“Lei das S.A.”), conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Fernando Extrakt Brauner, como Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a retificação das deliberações aprovadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2025; **(ii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** a autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações a serem aprovadas. **5. Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário. Em seguida, após terem sido discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem reservas, ressaltando as restrições, aprovaram: 5.1. A retificação da deliberação tomada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2025, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 266.777/25-9, em sessão de 01/08/2025 (“AGE 10/07/25”), em que, por equívoco, constou um aumento do capital social da Companhia no valor de R\$160.099.999,96 (cento e sessenta milhões, noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), mediante a emissão de 554.399 (quinhentas e cinquenta e quatro mil, trezentas e noventa e nove) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$288,78 (duzentos e oitenta e oito reais e oito centavos), **quando, na verdade, deveria ter constado** um aumento de capital social da Companhia no valor de R\$164.099.999,96 (cento e sessenta e quatro milhões, noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), mediante a emissão de R\$288,78 (duzentos e oitenta e oito reais e oito centavos) por ação, apurado conforme balanço patrimonial da Companhia e em observância ao critério estabelecido no inciso II do §1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações. Referidas novas ações foram integralmente subscritas e integralizadas de tal modo que **Carlos Extrakt Brauner** (“Carlos”) subscreu e integralizou 273.736 (duzentas e setenta e três mil, setecentas e trinta e seis) novas ações, ordinárias nominativas, sem valor nominal, enquanto o acionista **Fernando Extrakt Brauner** (“Fernando”) subscreu e integralizou 294.513 (duzentas e noventa e quatro mil, quinhentas e treze) novas ações, ordinárias nominativas, sem valor nominal. 5.1.1. Em decorrência da deliberação acima, os acionistas decidem substituir o Boletim de Subscrição anexo à AGE 10/07/25, no qual constou o número incorreto de ações subscritas pelos acionistas, em decorrência do aumento de capital então aprovado, que passará a ter a redação do Boletim de Subscrição que integra a presente ata como **Anexo I**. 5.1.2. Ato contínuo, os acionistas decidem retificar a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$243.546.283,48 (duzentos e quarenta e três milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos), dividido em 1.453.319 (um milhão, quatrocentas e cinquenta e três mil, trezentas e dezenove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal”. 5.2. Os acionistas decidem aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, já incorporando as alterações ora deliberadas, o qual passa a vigorar a partir desta data em seu inteiro teor na forma transcrita no texto constante do **Anexo II**. 5.3. Em razão das deliberações acima, os acionistas autorizam a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar as deliberações ora aprovadas. **Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos acionistas presentes. **Mesa:** Fernando Extrakt Brauner, Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, Secretário. **Acionistas presentes:** Carlos Extrakt Brauner e Fernando Extrakt Brauner. 3 A presente ata é cópia fiel da via original, lavrada em livro próprio, Itapevi, 22 de agosto de 2025. **Mesa: Fernando Extrakt Brauner** - Presidente; **Mario Slamovitz Weigensberg** - Secretário. Jucesp registro sob o nº 349.256/25-1 em 06/10/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Dock Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 13.370.835/0001-85 – NIRE 35.300.391.306

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2025

Data, Hora e Local: No dia 10 de novembro de 2025, às 09:00 horas, na sede social da Dock Instituição de Pagamento S.A., com sede no Município de Barueri, Estado de São Paulo, à Avenida Tamboré, nº 267, 27º andar, conjunto 271-A, Sala 2, Torre Sul, Edifício Canopus Corporate, Alphaville, CEP 06460-000 (“Companhia”). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do Artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”). **Mesa:** Presidente: Marcelo Prudêncio Jacques e Secretário: Dúlio de Oliveira Beneduzzi. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** o remanejamento do Diretor Financeiro da Companhia para o cargo de Diretor sem designação específica, **(ii)** a eleição de novo membro da Diretoria da Companhia para o cargo de Diretor Financeiro; e **(iii)** a atualização da composição da Diretoria, refletindo as demais deliberações desta Ordem do dia. **Deliberações:** Os acionistas examinaram e discutiram as matérias constantes da ordem do dia e deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, o quanto segue: **(i). Remanejamento de Membro da Diretoria:** Aprovar o remanejamento do Sr. **Marcelo Prudêncio Jacques** do cargo de Diretor Financeiro para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, mantendo-se inalterado o prazo do seu mandato. **(ii). Eleição de Membro da Diretoria:** Estando a posse sujeita à aprovação pelo Banco Central do Brasil – BCB, eleger o Sr. **Valério Zarro**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 1.332.834-SS/SC, inscrito no CPF sob nº 457.636.319-00, domiciliado no Município de Barueri, Estado de São Paulo, à Avenida Tamboré, nº 267, 27º andar, conjunto 271-A, Edifício Canopus Corporate, Alphaville, CEP 06460-000, para o cargo de Diretor Financeiro, cujo mandato, uma vez aprovada a eleição pelo BCB, vigorará até sua recondução ou posse de seu substituto a ocorrer preferencialmente na Assembleia Geral Ordinária de 2026 da Companhia. O Diretor ora nomeado declara, sob as penas da lei, que preenche todas as condições de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76, bem como aceita sua eleição, afirmando ter pleno conhecimento do teor do artigo 147 da referida Lei e, consequentemente, não estar impedido de exercer atividade mercantil, por não ter sido condenado por crimes que o inabilitem, comprometendo-se a firmar oportunamente, mediante aprovação da sua eleição pelo BCB, o respectivo Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento que será anexado a esta Ata de Assembleia Geral Extraordinária. **(iii). Composição da Diretoria:** Em razão das deliberações anteriores, consolidar a composição da Diretoria nos termos a seguir: **a. Antônio Carlos Soares Junior**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 9.436.053, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 093.016.138-67, no cargo de **Diretor Presidente**; **b. Henrique Antônio Casagrande Dias de Almeida**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 1544234, expedida pela SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº 086.507.457-76, no cargo de **Diretor de Operações**; **c. Marcelo Prudêncio Jacques**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 2263652, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob nº 012.324.191-09, no cargo de **Diretor sem designação específica**; **d. Thiago Ferreira da Cunha**, brasileiro, casado, profissional de tecnologia da informação, portador da cédula de identidade RG nº 28994028, inscrito no CPF/ME sob o nº 221.569.858-63, no cargo de **Diretor sem designação específica**; **e. Valério Zarro**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 1.332.834-SS/SC, inscrito no CPF sob nº 457.636.319-00, **Diretor Financeiro**. Todos com domicílio à Avenida Tamboré, nº 267, 27º andar, conjunto 271-A, Sala 2, Torre Sul, Edifício Canopus Corporate, Alphaville, CEP 06460-000, Barueri/SP. **Encerramento:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes Mesa: Marcelo Prudêncio Jacques – Presidente; e Dúlio de Oliveira Beneduzzi – Secretário. Acionistas Presentes: Antônio Carlos Soares Junior e Dock Tecnologia S.A. A presente ata foi assinada mediante assinatura eletrônica realizada por meio da plataforma online “D4sign” ou similar, de modo que os presentes declaram e reconhecem a validade, para todos os fins, da assinatura eletrônica da presente ata, a qual, uma vez assinada digitalmente, produzirá todos os seus efeitos de direito, ficando convenionado que a data de assinatura será aquela da efetiva realização da presente Assembleia Geral Extraordinária. Barueri/SP, 10 de novembro de 2025. **Mesa:** Marcelo Prudêncio Jacques – **Presidente**; Dúlio de Oliveira Beneduzzi – **Secretário**. **Acionistas: Antônio Carlos Soares Junior; Dock Tecnologia S.A.** Por: Antônio Carlos Soares Junior e Marcelo Prudêncio Jacques. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 436.651/25-7 em 23/12/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/01/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Azul S.A.

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 – NIRE 35.300.361.130 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de janeiro de 2026

1. Data, Horário e Local: Realizada em 05 de janeiro de 2026, às 12h00, na sede social da Azul S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulihôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 17, § 2º, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração. **3. Mesa:** David Gary Neeleman – Presidente; Edson Massuda Sugimoto – Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre os seguintes itens: (i) nos termos do inciso XXIX do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, a conversão mandatória das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures conversíveis, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória adicional da Companhia, em ações preferenciais da Companhia, nos termos indicados abaixo ("Conversão"), os quais deverão ser incluídos na respectiva escritura de emissão: "7.43. Conversibilidade Mandatória. Sujeito à publicação da ordem de confirmação (Confirmation Order) no âmbito do plano de recuperação judicial da Azul nos termos do Capítulo 11 (Title 11 of the United States Code) perante o Tribunal de Falências dos Estados Unidos Distrito Sul de Nova York (United States Bankruptcy Court Southern District of New York) ("Ordem de Confirmação" e "Plano de Recuperação Judicial", respectivamente), as Debêntures serão mandatoriamente convertidas em Ações Preferenciais pela Companhia ("Conversão Mandatória"), na data de liquidação da oferta pública primária de distribuição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Azul a ser realizada sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso II, alínea (a), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Oferta Pública") para capitalização de determinadas dívidas, observados os termos dispostos na Ordem de Confirmação, por meio do Escriturador, observado que a Companhia não seguirá com a Conversão em dia de assembleia geral de acionistas da Companhia. 7.43.1. Na data em que a Emissora realizar a Reunião do Conselho de Administração aprovando o aumento de capital decorrente da Oferta Pública e da Conversão Mandatória, a Companhia realizará comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, informando a respeito da Conversão Mandatória e da Data de Conversão Obrigatória (conforme definido abaixo) ("Notificação de Conversão Mandatória"). 7.43.2. A Conversão Mandatória deverá ser realizada considerando a totalidade das Debêntures de titularidade de cada Debenturista. 7.43.3. As Debêntures serão convertidas em Ações Preferenciais a razão de 1.514,046 (um milhão quinhentas e quatorze mil e quarenta e seis) Ações Preferenciais por Debênture. 7.43.4. Para todos os efeitos legais, a data de Conversão das respectivas Debêntures será, para todos os Debenturistas, a data da liquidação da Oferta Pública ("Data de Conversão Mandatória"). 7.43.5. Para fins da Conversão Mandatória, (a) com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, a Companhia entregará, ao respectivo Debenturista, na Data de Conversão Mandatória, a quantidade de Ações Preferenciais correspondentes à quantidade de Debêntures convertidas, por meio dos procedimentos da B3 aplicáveis; e (b) com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, a Companhia depositará, em nome do respectivo Debenturista, no Escriturador, que também é a instituição escrituradora das Ações Preferenciais, na Data de Conversão Mandatória, a quantidade de Ações Preferenciais correspondentes à quantidade de Debêntures convertidas, por meio dos procedimentos do Escriturador. 7.43.6. No caso de Conversão Mandatória, o número de Ações Preferenciais, o qual cada Debênture fará jus será calculado de acordo com a razão descrita na Cláusula 7.43.3 acima, com base no Valor Nominal Unitário das Debêntures, desconsiderando-se, para todos os fins, quaisquer valores a título de Juros e as frações. Os Juros relativos às Debêntures, inclusive aqueles eventualmente acumulados até a Data da Conversão Mandatória, serão perdoados e definitivamente extintos, não sendo devidos, exigíveis ou pagáveis no caso da Conversão Mandatória, bem como não gerarão qualquer direito de crédito, reembolso ou indenização. Efetivada a Conversão Mandatória, as Debêntures serão automaticamente canceladas. 7.43.7. No contexto da Oferta Pública e do Plano de Recuperação Judicial, a Emissora se compromete a colaborar e fornecer os documentos necessários, conforme o caso, para que, a seu exclusivo critério, o Debenturista deposite as Ações Preferenciais recebidas em decorrência da Conversão Mandatória, e receba a quantidade de ADS correspondente às Ações Preferenciais convertidas no âmbito da Conversão Mandatória." (ii) a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todo e qualquer ato que se faça necessário para implementar a ordem do dia (i) acima, inclusive, a assinar o aditamento à escritura de emissão para inclusão do clausulado ora aprovado; e (iii) a ratificação dos atos que a Diretoria da Companhia já tenha praticado com vistas ao aperfeiçoamento das deliberações acima. **5. Deliberações:** Instalada a reunião e após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o quanto segue: (i) aprovar a Conversão das Debêntures, nos termos indicados na ordem do dia (i) acima; (ii) aprovar a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todo e qualquer ato que se faça necessário para implementar a deliberação (i) acima, inclusive, a assinar o aditamento à escritura de emissão para inclusão do clausulado ora aprovado; e (iii) ratificar os atos que a Diretoria da Companhia já tenha praticado com vistas ao aperfeiçoamento das deliberações acima. **6. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura de presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos assinada Mesa: David Gary Neeleman – Presidente; Edson Massuda Sugimoto – Secretário. **Membros do Conselho de Administração presentes:** David Gary Neeleman, Sérgio Eraldo de Salles Pinto, Gilberto de Almeida Peralta, Daniella Marques Consentino, Renata Faber Rocha Ribeiro, Patrick Wayne Quayle, José Mario Caprioli dos Santos, James Jason Grant e Jonathan Seth Zinman – Conselheiros. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Barueri, SP, 05 de janeiro de 2026. **Edson Massuda Sugimoto** – Secretário.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ Contato: (11) 3361-8833
✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA

São Paulo

MERCANTIL

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/01/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

